



Excelentíssimo Senhor

**Vilmar Maccari**

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco – Paraná

O vereador **Carlinho Antonio Polazzo – PROS**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Pato Branco o seguinte Projeto de Lei:

## **PROJETO DE LEI Nº 146/2019**

Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, conforme especifica.

**Art. 1º** Fica expressamente proibido o manuseio, a utilização, a queima e soltura de fogos e artefatos explosivos pirotécnicos sonoros no Município de Pato Branco, nas seguintes circunstâncias:

- I. Em eventos de qualquer natureza, em que a Prefeitura Municipal de Pato Branco seja promotora ou tenha qualquer tipo de participação, parceria ou colaboração;
- II. Em eventos realizados em espaços públicos, independentemente de serem fechados, como edificações, ou abertos, como vias públicas ou praças;
- III. Em distância inferior a 200 (duzentos) metros de hospitais, albergues, asilos e canis;
- IV. Após às 24h (vinte e quatro horas), independentemente de local, em respeito ao sossego público.

§ 1º Para efeito dos dispositivos constantes no “caput” deste artigo, são considerados fogos e artefatos pirotécnicos:

- I - os fogos de vista com estampido;
- II - os fogos de estampido;
- III - os foguetes, com ou sem flecha, de apito ou de lágrimas, com bomba;
- IV - as baterias;
- V - os morteiros com tubos de ferro;
- VI - rojões;
- VII - os demais fogos de artifício que contenham acima de 25 (vinte e cinco) centigramas de pólvora, por peça.





# *Câmara Municipal de Pato Branco*



§ 2º Excetuar-se-á da proibição estabelecida no "caput" deste artigo, desde que obedecidas, além de outras condições previstas nesta lei, as seguintes:

- I. fogos de artifício considerados "Classe A e B" conforme o Decreto Federal nº 2.998, de 23 de março de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 3.665, de 20 de novembro de 2000 (R105 do Ministério do Exército, que regula a fabricação, comércio, transporte e uso dos materiais controlados);
- II. fogos de vista, sem estampido;
- III. balões pirotécnicos;
- IV. fogos de estampido que contenham até 25 (vinte e cinco) centigramas de pólvora, por peça;
- V. foguetes com ou sem flecha, de apito ou de lágrimas, sem bomba;
- VI. "potsâfeu", "morteirinhos de jardim", "serpentes voadoras" e outros equiparáveis.

**Art. 2º** A constatação da existência do material proibido, descrita no art. 1º, implicará em apreensão imediata pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. O material será às expensas do proprietário dos fogos de artifícios, removido de imediato para local seguro, onde, a critério das autoridades públicas poderá ser inutilizado.

**Art. 3º** O não cumprimento do disposto nessa lei acarretará aos infratores multa de até 100 (cem) UFM - Unidade Fiscal do Município, na primeira constatação e o dobro no caso de reincidência.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 02 de maio de 2019.

**Carlinho Antonio Polazzo**  
**Vereador – PROS**







## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei busca estabelecer que fica expressamente proibido o manuseio, a utilização, a queima e soltura de fogos e artefatos explosivos pirotécnicos sonoros no Município de Pato Branco, nas seguintes circunstâncias:

Em eventos de qualquer natureza, em que a Prefeitura Municipal de Pato Branco seja promotora ou tenha qualquer tipo de participação, parceria ou colaboração;

Em eventos realizados em espaços públicos, independentemente de serem fechados, como edificações, ou abertos, como vias públicas ou praças;

Em distância inferior a 200 metros de hospitais, albergues e asilos;

Após às 24 horas, independentemente de local, em respeito ao sossego público.

A presente proposição se deve ao fato de que o STF concedeu liminar suspendendo os efeitos de leis municipais e estaduais que proibiam a comercialização dos fogos de artifício, razão pela qual, até ser julgado em seu mérito, propomos a proibição tão somente para a soltura de fogos nos casos e circunstâncias especificadas, sem proibir a comercialização nem a soltura em propriedade particular, ressalvada a distância mínima de hospitais, albergues, asilos e canis.

Desta forma a matéria não possui nenhum impeditivo.

Assim, o objetivo desta proposta, é valorizar a saúde e o bem estar social, para humanos e animais, de forma ética, buscando alternativas eficazes para melhorias em nosso convívio, e minimização de problemas da nossa realidade, respeitando o compromisso assumido com a comunidade e cumprindo com nosso papel de legislador.

Nada mais justo do que o Poder Público municipal dar exemplo para a sociedade de que é possível comemorarmos sem causar perturbação ao sossego público, respeitando, crianças, idosos, doentes e animais.

Pato Branco, 02 de maio de 2019.

**Carlinho Antonio Polazzo**  
Vereador – PROS





# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO



## **LEI Nº 2.615, DE 26 DE ABRIL DE 2006.**

Súmula: Proíbe a venda, o fornecimento e a entrega de fogos de artifício a crianças e adolescentes e dá outras providências.

**A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º.** É proibido vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a crianças e adolescentes, fogos de estampido ou de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.

**Parágrafo único.** Consideram-se fogos de estampido ou de artifício de reduzido potencial, aqueles que contenham até 25 centigramas de pólvora, por artefato pirotécnico.

**Art. 2º.** O não cumprimento das disposições desta Lei implicará nas seguintes penalidades:

- I – notificação;
- II – multa no valor de 25 UFM's
- III – suspensão do alvará de funcionamento pelo prazo de 60 (sessenta) dias;
- IV – cassação definitiva do alvará de funcionamento, em havendo reincidência.

**Art. 3º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta lei decorre do projeto de lei nº 1/2006, de autoria do vereador Osmar Braun Sobrinho – PV.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 26 de abril de 2006.

  
**ROBERTO VIGANÓ**  
Prefeito Municipal





*Câmara Municipal de Pato Branco*  
Estado do Paraná

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, **o Projeto de Lei nº 146/2019.**

**Pato Branco, 6 de maio de 2019.**

  
**Joecir Bernardi - SD**  
**Presidente**



**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**PROJETO DE LEI Nº. 146/2019**

O Vereador **Rodrigo José Correia – PSC** relator nomeado para exarar parecer ao Projeto de Lei nº 146/2019, vem mui respeitosamente requerer parecer jurídico deste, para que posteriormente possa juntamente com a Comissão de Justiça e Redação analisar a matéria e exarar parecer.

Pato Branco 9 de maio de 2019.

*Rodrigo Correia*

**Rodrigo José Correia - PSC**  
**Membro Relator**

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral - 10-mai-2019-09:56-038129-1/1







*Câmara Municipal de Pato Branco*  
Estado do Paraná

**PROCURADORIA JURÍDICA**

Recebi nesta data, na condição de **PROCURADOR JURÍDICO**, abaixo assinado, conforme estabelece o § 1º do artigo 133-A do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o **Projeto de Lei nº 146/2019**.

Pato Branco, 10 de maio de 2019.

## Prefeitura de Pato Branco antecipou o pagamento do 13º salário



O pagamento antecipado correspondente a 50% do valor da folha

### Assessoria

Na quarta-feira (26), a Prefeitura de Pato Branco realizou o pagamento da primeira parcela do 1º salário de 2019, aos funcionários públicos municipais. A antecipação beneficiou 2.192 servidores ativos, aposentados e pensionistas da administração direta. O pagamento antecipado correspondente a 50% do valor da folha, representando a inserção de R\$ 3.808.686,23 na economia local.

Para o secretário municipal de Administração e Finanças, Mauro Sbarain,

o pagamento antecipado é uma forma de estimular a economia local e contribuir no planejamento financeiro dos servidores. "O planejamento e controle financeiro na gestão de recursos públicos possibilitam que essa política de antecipação do salário seja realizada", explicou o secretário.

De acordo com o Departamento de Recursos Humanos, na próxima segunda-feira (1º), será feito o pagamento referente à folha de junho, que corresponderá ao valor líquido aproximado de R\$ 6,3 milhões.

## Plenário aprova projetos de iniciativa de parlamentares

### Assessoria

O Plenário do Legislativo aprovou, na sessão de quarta-feira (26), **Projeto Lei Nº 146/2018**, de autoria do vereador Claudemir Zanco, Biruba (PDT), que torna obrigatória a colocação de placas que proíbem o uso de drogas ilícitas.

Segundo o vereador, proposta visa dar um primeiro passo na criação de um mecanismo para que o Poder Público Municipal possa agir mais rápido e com um efeito pedagógico maior na prevenção ao uso de drogas, com intuito mais preventivo do que punitivo.

O projeto de lei é para possibilitar a divulgação de informações à prevenção ao uso de drogas, ainda, determinar sanções administrativas às pessoas que forem flagradas em quaisquer dos locais mencionados da lei usando drogas ilícitas.

### Emenda

A Comissão de Políticas Públicas (CPP) apresentou uma emenda aditiva. O texto prevê que os locais onde serão colocadas as placas in-



Os projetos foram aprovados na sessão legislativa de quarta-feira

formativas, deverão ser determinados em conjunto com o Conselho de Segurança Pública e, pelo menos, um órgão de Segurança Estadual. Outra emenda da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), o texto ressalta que, a pessoa que for flagrada em qualquer dos locais mencionados no art. 1º, usando drogas ilícitas ficará sujeita, sem prejuízo de eventuais medidas no âmbito penal, às seguintes sanções administrativas.

Também aprovado, o

Projeto de Lei Nº 3/2019, de iniciativa do vereador Carlinho Polazzo (Pros), que determina a afixação de placas contendo mensagem com os números dos telefones para denúncias de maus-tratos a animais nas clínicas veterinárias, nos pet shops e em outros estabelecimentos similares.

### Guarda

Ainda, de autoria do vereador Polazzo, foi aprovado em discussão e votação única

o parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação (CJR) ao Projeto de Lei Nº 59/2019, que pretendia criar a Guarda Municipal de Pato Branco. No parecer, o relator da CJR, Januário Koslinski (PSDB), seguiu parecer da Procuradoria Jurídica. O texto pontua que, cabe exclusivamente ao Poder Executivo dispor a criação de órgão da administração pública. Por isso, o projeto não pode prosperar, sob pena de incorrer em inconstitucionalidade formal e material.



**Venha Participar Conosco!**  
de 22 a 29 de Junho/2019

**NOVENA DE SÃO PEDRO/2019**

### Tema Geral

"Como é santo aquele que vos chamou, tornai-vos santos, também vós, em tudo o vossa proceder" (1Pd 1,15)

**20/06 – Tema: Pedro e a partilha do pão**  
Equipe de Celebração: Proclamadores da Palavra  
Equipe de Cantos: Ministério Emissor

**21/06 – Tema: Pedro, escolhido por Jesus**  
Equipe de Celebração: Pastoral Missionária,  
Conselho Administrativo e trabalhadores da festa  
Equipe de Cantos: da dia

**22/06 – Tema: Profissão de fé de Pedro**  
Equipe de Celebração/Cantos: Colégio Vicentina Nossa Sra das Graças

**23/06 – Tema: A fidelidade de Pedro**  
Equipes da dia

**24/06 – Tema: A Família**  
Equipe de Celebração/Cantos: Catequese

**25/06 – Tema: Perdoar setenta vezes sete**  
Equipe de Celebração/Cantos: Sacerdote Dom Carlos

**26/06 – Tema: As tentações de Pedro**  
Equipe de Celebração: Sacerdote Paulo da Piedade  
Equipe de Cantos: RCC

**27/06 – Tema: O dom da fé**  
Equipe de Celebração/Cantos: Sacerdote Nivaldo

**28/06 – Tema: O amor de Pedro por Jesus**  
Equipe de Celebração/Cantos: Sacerdote São Roque

**29/06 – 09:30h – Solenidade de São Pedro**  
**19:30h – Missa festiva**



### PROGRAMAÇÃO

**07/06 – Buchada e venda de Cuca**  
Ingresso somente no local. Retirar a partir das 16h.

**14/06 – Buchada e venda de Cuca**  
Ingresso somente no local. Retirar a partir das 16h.

**16/06 – 7º Coste-Leitão**  
Às 12h. Ingresso somente antecipado.

**22 a 29/06 – Festejos em Geral**  
Comes, bebes, jogos e diversões.

**23/06 – Almoço Italiano**  
às 12h.  
Ingresso somente antecipado.  
A Tarde e Noite – Festejos em Geral

**28/06 – Venda de Churrasco**  
A partir das 14 horas

### 29/06 – São Pedro Apóstolo

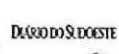
Feriado Municipal  
Missa: 07h (Catedral)  
09h30min (Tv Sudoeste e Celineuta)  
12h Churrascada  
19h30min



**NOVENA DE SÃO PEDRO**  
20 a 28 às 19:30

Informações: 46 3225 5077

Apólice:







# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

## **PARECER JURÍDICO** **PROJETO DE LEI Nº 146/2019**

Em atenção a solicitação efetuada pelo Vereador Rodrigo José Correia – relator da matéria na Comissão de Políticas Públicas, esta Assessoria e Procuradoria Jurídica emite o seguinte posicionamento jurídico pertinente ao tema objeto da consulta:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do ilustre Vereador Carlinho Antônio Polazzo - PROS, o qual busca obter autorização legislativa para proibir o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoros no Município de Pato Branco.

Em síntese, justifica o autor que o objetivo da proposta legislativa é valorizar a saúde e o bem estar social, para humanos e animais, de forma ética, buscando alternativas eficazes para melhorias em nosso convívio, e minimização de problemas da nossa realidade.

Aduz que a presente proposição se deve ao fato de que o STF concedeu liminar suspendendo os efeitos de leis municipais e estaduais que proibiam a comercialização dos fogos de artifício, razão pela qual apresentou novo Projeto de Lei, para proibir tão somente a soltura de fogos nos casos e circunstâncias especificadas, sem proibir a comercialização nem a soltura em propriedade particular, ressalvada a distância mínima de hospitais, albergues, asilos e canis.

É o brevíssimo relatório.

Diversos municípios têm editado leis que procuram restringir o uso de fogos, não só para proteção de animais domésticos e silvestres, mas também de crianças, idosos e enfermos em face do barulho elevado causado por explosões que prejudica a paz e a tranquilidade. Leis dessa natureza, apesar de contarem com amplo apoio da sociedade, sobretudo de entidades ligadas à defesa do animal, têm sido objeto de ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas pela indústria de explosivos.





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



Um dos principais pontos da corrente que sustenta a inconstitucionalidade se relaciona à competência legislativa sobre a matéria.

Nesse sentido, setores de fabricação e comércio de explosivos argumentam que leis municipais invadiriam a esfera de competência administrativa e legislativa da União, a quem competiria "autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico" (art. 21, VI) e legislar privativamente sobre "normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares" (art. 22, XXI). Também asseveram que, ao regular comércio de explosivos, os Municípios invadiriam a competência legislativa concorrente de União e Estados sobre produção e consumo (art. 24, V) e não haveria interesse local que justificasse a edição de leis municipais.

Com efeito, apesar de os fogos de artifícios não serem comumente utilizados para fins bélicos, a sua composição e natureza os tornam compatíveis com aqueles materiais, sujeitos ao controle de fabricação e comercialização por parte do Exército.

O Poder Judiciário, majoritariamente, tem acolhido tais pleitos. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por exemplo, já repeliu do ordenamento jurídico leis de diversos Municípios, como Guarulhos, Socorro, São Manuel, Itapetininga, Bauru e, mais recentemente, Tietê, cuja inconstitucionalidade (ADI 2223339-77.2017.8.26.0000, rel. Des. Amorim Cantuária, j. 07.03.2018) serviu de parâmetro para o deferimento do pedido de liminar e a suspensão da Lei 16.897/18, do Município de São Paulo, na ação direta de inconstitucionalidade movida pelo Sindicato de Indústria de Explosivos do Estado de Minas Gerais (ADI 2114760-98.2018.8.26.0000). Asseverou o relator da ação, Des. Elcio Trujillo, que "a norma viola o princípio do pacto federativo, porquanto referidas matérias, por se enquadrarem no conceito de material bélico, são de competência privativa da União. Ademais, a legislação acerca de comércio e produção, em geral, têm sua competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal. A questão já foi regulamentada pela União e não há peculiaridades locais a autorizarem o Município a legislar a respeito". Além disso, para o magistrado, a proibição se afiguraria demasiadamente restritiva, inviabilizando a atividade econômica e invadindo a livre iniciativa e o exercício da atividade empresarial (j. 11.06.2018).

Entretanto, a decisão liminar foi reformada pelo colegiado no julgamento do agravo interno, cujo relator, Des. Celso Aguilar Cortez, fundamentou que, "ao contrário do que ponderou o sindicato autor, verifica-se que a lei mencionada





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

visou precipuamente a impedir a utilização, queima e soltura de fogos de artifício que produzam poluição sonora (estouros, estampidos), os quais são, notadamente, os artefatos dessa natureza que mais malefícios trazem à comunidade e ao meio ambiente, incluída aqui a fauna silvestre e doméstica. Não pretendeu o legislador local proibir a soltura de fogos de artifício de efeito puramente visual nem os similares que acarretam barulho de baixa intensidade” (j. 05.09.2018). Tendo em vista o indeferimento do recurso interposto pelo sindicato contra essa decisão, a lei paulistana mostra-se perfeitamente aplicável até o deslinde a questão, inclusive nos festejos deste fim de ano, como anunciou a Prefeitura de São Paulo para o evento Réveillon na Paulista.

De fato, o que se verifica, ao menos na lei paulistana, é mero poder de polícia, que é o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública para deter as atividades individuais contrárias ou nocivas ao interesse geral. Nessa esteira, é legítimo exercício do poder de polícia pelo Município, que, nas palavras de Hely Lopes Meirelles, se presta à "ordenação da vida urbana, regulamentando e policiando todas as atividades, coisas e locais que afetem a coletividade de seu território, visando propiciar segurança, higiene, saúde e bem-estar à população local" (2017, p. 516). Relativamente à poluição sonora, ensina o jurista que "certo é que quem elege uma cidade para sua residência deve suportar os ônus que ela apresenta; mas é dever do Poder Público amenizar, tanto quanto possível, a propagação de ruídos incômodos aos habitantes, especialmente nas horas de repouso .

De se notar que a Lei Municipal 16.897/18 não proíbe o comércio de fogos de estampido e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso, sob pena de incorrer em ofensa à competência concorrente da União, os Estados e do Distrito Federal de legislar sobre produção e consumo. O que a lei proíbe é o manuseio, a utilização, a queima e a soltura, sendo legítimo o Município fazê-lo em atendimento ao bem-estar da população local, em especial a crianças, idosos, enfermos e animais. Não há espaço também para suscitar violação da livre iniciativa, ainda que por via reflexa.

Foi nessa linha que o Tribunal de Justiça de São Paulo, mais uma vez, não vislumbrou inconstitucionalidade em caso semelhante. Ao julgar uma lei municipal de Serra Negra que proíbe a soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos, a Corte Bandeirante entendeu que se tratava de polícia administrativa sobre gestão sonora, logo, competente o município





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

para legislar sobre o assunto, declarando inconstitucional apenas a proibição de venda.

**"DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 4.053, de 16 de fevereiro de 2018, do Município de Serra Negra, que dispõe sobre a proibição da soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos. Vício quanto à matéria cuidada. Inexistência. Exercício da função de polícia administrativa voltada à gestão da poluição sonora. Assunto de evidente interesse local. Princípio da razoabilidade. Inexistência de desrespeito. Proibição adequada, necessária e proporcional. Proibição plena. Possibilidade. Entendimento deste Colendo Órgão Especial. Não cabimento, todavia, da restrição de venda. Precedentes. Regulamentação. Cominação de prazo. Invalidade. Comando inaceitável. AÇÃO PROCEDENTE em parte." (TJSP, Órgão Especial, ADI 2137239-85.2018.8.26.0000, rel. Des. Beretta da Silveira, j. 05.12.2018).**

Ao que pese as divergentes decisões judiciais a nível de segundo grau, conforme acima reportado, a discussão jurídica sobre o tema persiste, tendo em vista que, **em recente decisão do STF (doc. Anexo), o Ministro Alexandre de Moraes, CONCEDEU A MEDIDA CAUTELAR** postulada na presente **ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL**, ad referendum do Plenário (art. 5º, § 1º, da Lei 9.882/99) e, com base no art. 5º, § 3º, da Lei 9.882/1999, **SUSPENDO A EFICÁCIA DA Lei nº 16.897/2018 do Município de São Paulo (proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso), até o julgamento de mérito da presente arguição.**

Ressaltamos que o objeto da proposição legislativa em tela é idêntica ou similar a supra mencionada legislação paulistana, que **proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso**, cuja legislação encontra-se cautelarmente suspensa a sua eficácia por decisão do STF, até o julgamento de mérito.

Diante disso, avocando o princípio da razoabilidade, **recomendamos a suspensão da tramitação do Projeto de Lei em apreço, até o julgamento de mérito da supra mencionada demanda perante o STF, em razão da identidade ou similariedade do tema.**





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

Após o referido decisório, postulamos pelo **retorno do Projeto de Lei em questão, para análise jurídica conclusiva da matéria.**

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO.

Pato Branco, 18 de julho de 2019.

  
José Renato Monteiro do Rosário  
Assessor Jurídico

Luciano Beltrame  
Procurador Legislativo



MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 567 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES  
REQTE.(S) : ASSOCIACAO BRASILEIRA DE PIROTECNIA  
ADV.(A/S) : CRISTIANE ROMANO FARHAT FERRAZ E  
OUTRO(A/S)  
ADV.(A/S) : DANIELLA ZAGARI GONCALVES  
INTDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO  
PAULO  
INTDO.(A/S) : CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Trata-se de Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, com pedido de medida cautelar, proposta pela Associação Brasileira de Pirotecnia – ASSOBRAPI –, em face do inteiro teor da Lei 16.897/2018 do Município de São Paulo, que *"proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso"*.

Eis o teor da norma impugnada:

Art. 1º Fica proibido o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso em todo o território do Município de São Paulo.

Parágrafo único. Excetuam-se da regra prevista no "caput" deste artigo os fogos de vista, assim denominados aqueles que produzem efeitos visuais sem estampido, assim como os similares que acarretam barulho de baixa intensidade.

Art. 2º A proibição a que se refere esta Lei estende-se a todo o Município, em recintos fechados e abertos, áreas públicas e locais privados.

Art. 3º O descumprimento ao disposto nessa Lei acarretará ao infrator a imposição de multa na monta de R\$ 2.000,00 (dois





## ADPF 567 MC / SP

mil reais), valor que será dobrado na hipótese de reincidência, entendendo-se como reincidência o cometimento da mesma infração num período inferior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. A multa de que trata o "caput" deste artigo será atualizada anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção deste índice, será adotado outro a ser criado por legislação federal que reflita e reponha o poder aquisitivo da moeda.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A autora aduz, à vista da legislação federal (Decreto-Lei 4.238/1942, Decreto 3.665/2000 e Decreto 9.493/2018) e estadual (Resolução SSP 154/2011), conflito legislativo em desrespeito ao "*princípio federativo e suas reverberações*" (art. 1º, *caput*, 18, *caput*, 24, V, da CF), pois a legislação paulistana traduziria restrição conflitante com o restante do ordenamento jurídico. Argumenta, assim, a ocorrência de invasão, pelo Município de São Paulo, de competência da União e a extrapolação da competência suplementar e restrita ao interesse local (arts. 24, VI, c/c 30, I e II, da CF).

Sustenta, ainda, a inconstitucionalidade material em vista do princípio da livre iniciativa e do valor social do trabalho (art. 5º, IV, e 170 da CF), pois a norma impugnada inibiria a comercialização de determinados tipos de produtos pirotécnicos, em confronto com o disposto pelos órgãos federais e estaduais, que autorizam e regulamentam a produção, comércio e uso desses produtos, o que acarretaria perdas econômicas no setor produtivo em questão e no mercado de trabalho. Alega, por fim, a violação aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, pois a normativa não se



## ADPF 567 MC / SP

compatibiliza com os fins supostamente buscados, e é desnecessária em vista do ordenamento jurídico na matéria.

Requeru a concessão da medida cautelar para suspender a eficácia do dispositivo e, ao final, declarar a sua inconstitucionalidade.

É o relatório.

A ADPF será cabível desde que não exista, para a hipótese in concreto, qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade subsidiariedade (ADPF 13-1, Rel. Min. ILMAR GALVÃO; ADPF 15-7/PA, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA), pois esse mecanismo de efetividade dos preceitos fundamentais não substitui as demais previsões constitucionais que tenham semelhante finalidade, tais como o habeas corpus, habeas data; mandado de segurança individual e coletivo; mandado de injunção; ação popular; ADI estadual, entre outras possibilidades (AgR na ADPF 17-3/AP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno, DJ de 14/3/2003; ADPF 3/CE QO Rel. Min. Sydney Sanches, Pleno, DJ de 27/2/2004; ADPF 12-2/DF, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, Pleno, DJ de 26/3/2001).

O cabimento da ADPF será viável desde que haja a observância do princípio da subsidiariedade, que exige o esgotamento de todas as vias possíveis para sanar a lesão ou a ameaça de lesão a preceitos fundamentais ou a verificação, ab initio, de sua inutilidade para a preservação do preceito (ADPF 186/DF, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe de 20/10/2014). Caso os mecanismos utilizados de maneira exaustiva mostrem-se ineficazes, será cabível o ajuizamento da arguição.

No caso, tenho por atendido os requisitos legais e constitucionais, eis eis que a ADPF em análise questiona a constitucionalidade de lei municipal questionada em face da Constituição Federal, especialmente em vista do princípio federativo.

Conheço da presente arguição.

A concessão de medida cautelar nas ações de jurisdição constitucional concentrada exige a comprovação de perigo de lesão irreparável (IVES GANDRA MARTINS, Repertório IOB de jurisprudência, n 8/95, p. 150/154, abr. 1995), uma vez que se trata de





## ADPF 567 MC / SP

exceção ao princípio segundo o qual os atos normativos são presumidamente constitucionais (ADI 1.155-3/DF, Pleno, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJ de 18/5/2001). Conforme ensinamento de PAULO BROSSARD, segundo axioma incontroverso, a lei se presume constitucional, porque elaborada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo, isto é, por dois dos três poderes, situados no mesmo plano que o Judiciário ( *A constituição e as leis a ela anteriores*. Arquivo Ministério Justiça. Brasília, 45 (180), jul./dez. 1992. p. 139).

A análise dos requisitos do *fumus boni iuris* e *periculum in mora* para sua concessão admite maior discricionariedade por parte do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com a realização de verdadeiro juízo de conveniência política da suspensão da eficácia (ADI 3.401 MC, Rel. Min. GILMAR MENDES, Pleno, decisão: 3/2/2005), pelo qual deverá ser analisada a conveniência da suspensão cautelar da lei impugnada (ADI 425 MC, Rel. Min. PAULO BROSSARD, Pleno, decisão: 4/4/1991; ADI 467 MC, Rel. Min. OCTÁVIO GALLOTTI, Pleno, decisão: 3/4/1991), permitindo, dessa forma, uma maior subjetividade na análise da relevância do tema, bem assim em juízo de conveniência, ditado pela gravidade que envolve a discussão (ADI 490 MC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno, decisão: 6/12/1990; ADI 508 MC, Rel. Min. OCTÁVIO GALLOTTI, Pleno, decisão: 16/4/1991), bem como da plausibilidade inequívoca e dos evidentes riscos sociais ou individuais, de várias ordens, que a execução provisória da lei questionada gera imediatamente (ADI 474 MC, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Pleno, decisão: 4/4/1991), ou, ainda, das prováveis repercussões pela manutenção da eficácia do ato impugnado (ADI 718 MC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno, decisão: 3/8/1992), da relevância da questão constitucional (ADI 804 MC, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Pleno, decisão: 27/11/1992) e da relevância da fundamentação da arguição de inconstitucionalidade, além da ocorrência de *periculum in mora*, tais os entraves à atividade econômica (ADI 173 MC, Rel. Min. MOREIRA ALVES, Pleno, decisão: 9/3/1990) ou social.

Na presente ação, os requisitos necessários para a concessão da medida cautelar estão presentes.



ADPF 567 MC / SP

Quanto ao *fumus boni juris*, verifico que a legislação impugnada proíbe, de forma taxativa e peremptória, “o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso em todo o território do Município de São Paulo”.

Em que pese a preocupação do Legislador Estadual com o bem-estar das pessoas e animais, a proibição absoluta de artefatos pirotécnicos que emitam ruído não considerado “de baixa intensidade”, se revela, em juízo de cognição sumária, de constitucionalidade questionável, por: (a) violação a competência da União disciplinar o uso e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico (art. 21, VI, da CF); (b) invasão da competência da União para editar normas gerais sobre a produção e o consumo (art. 24, V e § 1º, da CF); e (c) imposição de restrição genérica, desproporcional e lesiva ao princípio da livre iniciativa (art. 170 da CF).

De acordo com o art. 21, VI, da CF, compete à União “autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico”. A jurisprudência deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL reconhece a competência da União para legislar sobre matéria referente a material bélico (ADI 3258, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, DJ DE 9/9/2005; ADI 2729, Rel. Min. LUIZ FUX, Rel. p/ Acórdão Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, DJe DE 11/2/2014; ADI 3193, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, DJe de 5/8/2013).

Encontrando-se no âmbito da competência legislativa da União, cabe ao ente federado central a definição dos requisitos para o uso, fabricação e comércio de tais materiais. Apesar de não possuírem finalidade bélica, os artefatos pirotécnicos apresentam frequentemente em sua composição as mesmas substâncias empregadas em produtos dessa natureza, munição de armas de fogo e explosivos, utilizados em atividades ligadas à defesa nacional e à segurança pública, tanto civis quanto militares. Daí, decorre o enquadramento como produtos cuja regulamentação fica a cargo da União.

Nesse sentido, o Decreto-Lei 4.238/1942, recepcionado pela Constituição como lei ordinária, dispondo sobre a fabricação, o comércio





ADPF 567 MC / SP

e o uso de artigos pirotécnicos, permite, *“em todo território nacional, a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício”*, desde que respeitadas as condições e os critérios nele estabelecidos. Além disso, o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), aprovado pelo Decreto 9.493/2018, o qual submete ao Comando do Exército Brasileiro a fiscalização – no que diz respeito à fabricação, ao comércio, à utilização, à importação e à exportação – dos produtos controlados (PCE's), assim definidos como aqueles que apresentarem (R-105, art. 2º): (a) *poder destrutivo*; (b) *propriedade que possa causar danos às pessoas ou ao patrimônio*; e (c) *indicação de necessidade de restrição de uso por motivo de incolumidade pública, ou seja de interesse militar*.

É o caso dos artifícios pirotécnicos, cujo conceito é dado pelo Decreto 9.493/2018, que em seu Anexo III traz a seguinte compreensão: *“Artifício pirotécnico: qualquer artigo, que contenha substâncias explosivas ou uma mistura explosiva de substâncias, concebido para produzir um efeito calorífico, luminoso, sonoro, gasoso ou fumígeno, ou uma combinação destes efeitos; devido a reações químicas exotérmicas autossustentadas”*. Segundo a mencionada norma, os fogos de artifício seriam espécies do gênero (artifício pirotécnico), utilizados em atividades de entretenimento.

Como se vê, a proibição total de utilização desses produtos interferiu diretamente na normatização editada pela União em âmbito nacional, incorrendo em ofensa à competência concorrente da União, dos Estados e do DF (art. 24, V e § 1º, da CF). Não poderia o Município de São Paulo, a pretexto de legislar sobre interesse local, restringir o acesso da população paulistana a produtos e serviços regulados por legislação federal e estadual. Eventual repercussão desses produtos e serviços sobre o meio ambiente urbano e o bem estar das pessoas, naturalmente, justificará a atuação do Poder Público municipal, mas nunca com a extensão e intensidade pretendidas pelo legislador paulistano, no sentido de uma ampla e taxativa proibição a todos os artefatos pirotécnicos ruidosos.

Observo que a legislação impugnada não buscou qualquer medida intermediária que conciliasse o uso de fogos de artifício – atividade de conteúdo cultural, artístico ou mesmo voltada ao lazer da população –



## ADPF 567 MC / SP

com a preservação e melhoria do meio ambiente urbano.

A proibição total de fogos de artifício sacrifica de forma desproporcional um interesse legítimo de amplo segmento social, implicando óbice injustificado ao desenvolvimento de atividade econômica, pois, conquanto a proibição se dirija expressamente ao manuseio e à utilização de artifícios pirotécnicos, repercute diretamente no comércio local, ante a drástica redução no consumo por parte dos munícipes. O tratamento diverso daquele que é dado nacionalmente pela União atenta contra o equilíbrio concorrencial típico da livre iniciativa (CF, art. 170), considerados os empresários cuja clientela de consumidores se localize fora do Município de São Paulo.

O perigo da demora reside no fato de que, enquanto não seja reconhecida a ilegitimidade constitucional da norma, nos termos apresentados acima, há considerável probabilidade de permanecer o estado de grave inconstitucionalidade consistente na ofensa à livre iniciativa e às regras de repartição de competência Constitucional, ante desproporcionalidade da restrição imposta pela norma impugnada. Portanto, tais prejuízos devem ser obstados até o julgamento definitivo da ação.

Ante o exposto, CONCEDO A MEDIDA CAUTELAR postulada na presente ADPF, *ad referendum* do Plenário (art. 5º, § 1º, da Lei 9.882/99) e, com base no art. 5º, § 3º, da Lei 9.882/1999, SUSPENDO A EFICÁCIA da Lei 16.897/2018 do Município de São Paulo, até o julgamento de mérito da presente arguição.

Comunique-se, com urgência, o Prefeito do Município de São Paulo e a Câmara Municipal, solicitando-lhe informações, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 6º da Lei 9.882/1999. Em sequência, confira-se vista dos autos ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República, para que, sucessivamente, no prazo de 5 (cinco) dias, ambos se manifestem na forma da legislação vigente.

Nos termos do art. 21, X, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, peço dia para julgamento, pelo Plenário, do referendo da medida ora concedida.



ADPF 567 MC / SP

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de março de 2019.

Ministro Alexandre de Moraes

Relator

Documento assinado digitalmente





**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**PROJETO DE LEI Nº 146/2019.**

O Vereador **Rodrigo José Correia - PSC**, relator nomeado para examinar parecer ao Projeto de Lei nº 146/2019, de autoria do vereador Carlinho Antônio Polazzo, que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, conforme especifica, vem mui respeitosamente requerer a suspensão da tramitação da matéria, conforme recomendação jurídica desta Casa Legislativa (fls. 9/13), até o julgamento de mérito de demanda perante o STF, a qual está anexada ao presente Projeto de Lei.

Pato Branco, 20 de agosto de 2019.

Rodrigo Correia

**Rodrigo José Correia - PSC**  
**Membro Relator**





## **Cadela farejadora da PRF morre de parada cardíaca por causa de fogos após vitória do Flamengo**

A polícia informou que o último trabalho de Lua foi auxiliando na apreensão de 10 kg de pasta-base de cocaína na BR-101, na Serra, o que resultou na prisão de um homem.

Por G1 ES

25/11/2019 09h17

A cadela farejadora Lua, da Polícia Rodoviária Federal (PRF) do Espírito Santo, morreu no sábado (23) de parada cardíaca por causa dos fogos de artifício soltos após a vitória do Flamengo sobre o River Plate. O animal tinha quatro anos de idade.



Cadela Lua morreu de parada cardíaca após fogos de artifício — Foto: Divulgação/PRF-ES

"A nossa cadela policial vai deixar saudades, na certeza que seu trabalho foi de grande feito à instituição, que desde 2016, ajudou e foi primordial nas inúmeras apreensões de entorpecentes realizadas em parceria com os policiais do Grupo de Cães (GOC) da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Espírito", diz a nota da PRF.

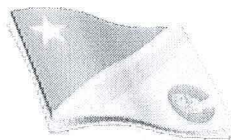
### **Último trabalho**

A polícia informou que o último trabalho de Lua foi auxiliando na **apreensão de 10 kg de pasta-base de cocaína na BR-101, na Serra**, o que resultou na prisão de um homem, no dia 29 de outubro.

A cadela Lua encontrou a droga no interior das caixas de ar do carro onde estava o suspeito. Foram apreendidos 20 tablets.

Fonte:

<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/11/25/cadela-farejadora-da-prf-morre-de-parada-cardiaca-por-causa-de-fogos-apos-vitoria-do-flamengo.ghtml>



CÂMARA MUNICIPAL DE  
PATO BRANCO

Gabinete do Vereador Rodrigo José Correia - PSC



**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**PROJETO DE LEI Nº 146/2019.**

O Vereador **Rodrigo José Correia - PSC**, relator nomeado para examinar parecer ao Projeto de Lei nº 146/2019, de autoria do vereador Carlinho Antônio Polazzo, que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, conforme especifica, vem mui respeitosamente requerer seja o mesmo novamente encaminhado a este Vereador/Relator, para que possa a matéria seguir o trâmite normal de análise.

Pato Branco, 3 de dezembro de 2019.

*Rodrigo Correia*  
Rodrigo José Correia  
Vereador – PSC



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



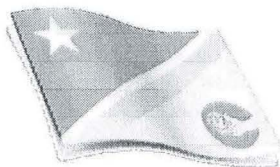
(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1534



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadorrodriigo@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadorrodriigo@patobranco.pr.leg.br)







# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Gabinete do Vereador Rodrigo José Correia - PSC

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 4209/2019  
Data: 06/12/2019 - Horário: 11:36  
Legislativo - PCRJ 170/2019



## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 146/2019

O Vereador **Carlinho Antonio Polazzo - PROS** propôs o Projeto de Lei nº. 146/2019, que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, conforme específica.

Aduz o proponente, que o objetivo da presente demanda é a proibição do manuseio, utilização, queima e soltura de fogos e artefatos explosivos pirotécnicos sonoros, em nosso município, em eventos de qualquer natureza em que o Executivo Municipal de Pato Branco seja promotor ou tenha qualquer participação, parceria ou colaboração, em espaços públicos, independentemente de serem fechados, como edificações, ou abertos, como vias públicas, em distância de 200 metros de hospitais, albergues e asilos e após às 24 horas, independentemente de local, em respeito ao sossego público

Enfatiza ainda que, objetivo maior desta matéria é valorizar a saúde e o bem estar social, para humanos e animais, de forma ética, buscando alternativas eficazes ao convívio e minimização de problemas da nossa realidade.

Após a análise da dos membros da Comissão de Justiça e Redação, especialmente a análise criteriosa deste relator, a Comissão de Justiça e Redação atendendo ao que preceitua o art. 62 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco optou por exarar **PARECER FAVORÁVEL** a regimental tramitação do Projeto de Lei nº. 146/2019.

Pato Branco, 3 de dezembro de 2019..



Rodrigo José Correia – PSC  
Membro- Relator



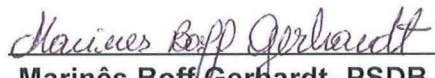
Amilton Maranoski - PV  
Membro



Carlinho Antonio Polazzo – PROS  
Membro



Joecir Bernardi –SD  
Membro



Marinês Boff Gerhardt- PSDB  
Membro



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1534



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadorrodriogo@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadorrodriogo@patobranco.pr.leg.br)





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 146/2019.

Pato Branco, 06/12/2019.

**Ronalce Moacir Dalchiavan - PP**  
**Presidente**

**Relator:** Ronalce Moacir Dalchiavan - PP  
**Data:** 06/12/19



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1513



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [rozane@patobranco.pr.leg.br](mailto:rozane@patobranco.pr.leg.br)





| preto no branco |

# ENCANTAMENTO PRA ALGUNS, DESESPERO PARA OUTROS

Os fogos de artifício são bonitos, mas o barulho não é legal

**Pato Branco  
contra os fogos  
comemore a vida!**



| MARIANA SALLES |  
mariana@diariodosudoeste.com.br

A abertura do Natal de Pato Branco, realizada no último dia 1º, foi linda! Levou milhares de pessoas às ruas e emocionou a quem assistiu. Mas seu desfecho, com uma queima de fogos de

artifício, não agradou muita gente.

Isso porque principalmente os animais, os bebês prematuros, idosos e os autistas apresentam muita sensibilidade ao som da explosão. É comum, por exemplo, que animais fujam de suas casas e sejam atropelados ou mesmo que sofram ataques cardí-

acos. Pessoas autistas entram em crise e não conseguem ser reconfortadas, nem mesmo com os métodos a que estão habituadas.

E como há recursos para que os fogos iluminem o céu e emprestem seu colorido à festa sem nenhum estrondo, a escolha pelo barulho foi bastante questionada e debatida nas redes sociais.

O resultado foi a criação do movimento que pede o fim dos fogos de artifício em Pato Branco e que ganhou apoio de peso, como dos jogadores do Pato Futsal, Djony e Di Maria, pedindo para que a torcida não solte fogos para comemorar uma possível vitória na LNF (Liga Nacional de Futsal).

Há ainda o apelo de mães de crian-

ças autistas, blogueiras e digital influencers, protetoras de animais e cidadãos preocupados com o próximo que acreditam que celebrar é preciso, mas não é necessário atrapalhar ninguém.

Há, na Câmara Legislativa Municipal, um Projeto de Lei em tramitação, escrito pelo vereador Carlinho Polazzo, datado de 2 maio de 2019, que proíbe fogos de artifício sonoro. A expectativa é que, a partir de agora, com a mobilização social, ele caminhe para a aprovação.

Enquanto isso não acontece, continuaremos a lidar com o desespero de quem não consegue ver, nos fogos, nada além de ameaça à vida. Que tenhamos sorte no Réveillon!

**emergência  
não tem hora  
plantão 24H**



**Você pode até  
chamar de milagre,  
mas aqui tem conhecimento,  
tem ciência e tem  
muito amor envolvido.**

**Veterinários especializados  
em ortopedia, acupuntura  
e reabilitação.**

o amor muda tudo Veterinários **3** anos  
com amor

Rua Paraná, 588 - centro - Pato Branco PR  
Tel 46 3223 1542 - cel 46 9 9972 6438  
veterinarioscomamor@gmail.com

**Planeta  
BICHO**  
CLÍNICA VETERINÁRIA

Cirurgias, Raio X digital, Ultrassom, Ecocardiograma, Laboratório Clínico, Oftalmologia, Odontologia, Ortopedia e Neurologia, Dermatologia especializada, Alergologia, Oncologia, Medicina de Felinos Medicina Chinesa e Acupuntura, Pet Shop, Estética Hospedagem e Nutrição.

**Dr. José C. Zanella**  
CRMV 3028

**Dr. Julio Cezar J. Fischborn**  
CRMV 15223

**Dra. Raíra Costa Dias**  
CRMV 13396

**Dra. Carla Sordi Furlanetto**  
CRMV 13397

**Dra. Marjory C. Maronezi**  
CRMV 11873

**Dra. Idiane Dall Alba Bomfin**  
CRMV 09009

**Dra. Katherine de Moura Leite**  
CRMV 12069

**Dr. Matheus Krolow**  
CRMV 7837

**Pato Branco: (46) 3225-5826  
PLANTÃO 99911-2452**

**Francisco Beltrão: (46) 3523-1868  
PLANTÃO 99974-4020**





# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

GABINETE DO VEREADOR RONALCE MOACIR DALCHIAVAN - PP



Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 4248/2019  
Data: 09/12/2019 - Horário: 16:52  
Legislativo - PCPP 73/2019

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

### **Parecer ao Projeto de Lei nº 146/2019**

Os membros da Comissão de Políticas Públicas se reuniram para analisar e emitir parecer ao **Projeto de Lei nº 146/2019, de 2 de maio de 2019, que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, conforme especifica.**

O projeto de Lei em questão, proposto pelo vereador Carlinho Antonio Polazzo - PROS, tem como objetivo proibir a soltura de fogos de artifícios sonoros em nosso município. Segundo a justificativa do proponente, a proposta visa valorizar a saúde e o bem estar social, para humanos e animais, de forma ética, buscando alternativas eficazes para melhorias em nosso convívio.

O projeto em tela teve sua tramitação suspensa em agosto deste ano, conforme recomendação jurídica desta Casa Legislativa, por conta do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade que tramita no Supremo Tribunal de Justiça - STF, a respeito da legalidade de matérias nesse sentido.

No dia 3 de dezembro deste ano, o relator da matéria junto à Comissão de Justiça e Redação, vereador Rodrigo José Correia - PSC, solicitou o reenvio do projeto para sua relatoria. No mesmo dia, a Comissão de Justiça e Redação, por unanimidade, emitiu parecer favorável ao projeto.

Como é sabido, a análise da questão legal das matérias que tramitam na Casa Legislativa é de competência da Comissão de Justiça e Redação. Por isso, com o parecer favorável da referida Comissão, esta Comissão de Políticas Públicas atentou-se ao interesse público, oportunidade e conveniência da matéria.

Quanto ao interesse da comunidade na aprovação deste projeto de Lei, não há dúvidas, pois é de repercussão geral no município as manifestações de diversas entidades, órgãos e celebridades locais o apoio à proibição da soltura de fogos sonoros, visando proteger os animais e pessoas acamadas que sofrem com este barulho excessivo.

Por isso, no que diz respeito às atribuições desta Comissão, previstas no Regimento Interno desta Casa de Leis, entendemos que o projeto apresenta conteúdo pertinente e de interesse público. Sendo assim, atendendo ao que preceitua ao artigo 64 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco, concluímos por emitir **PARECER FAVORÁVEL** à tramitação do projeto.

É o nosso parecer.

Pato Branco, 9 de dezembro de 2019.

  
**Fabricio Preis de Mello - PSD**  
Membro

  
**Ronalce Moacir Dalchiavan - PP**  
Presidente - Relator

  
**Moacir Gregolin - MDB**  
Membro





Relacao de Empresas por Atividade



1-No Cad.: 2-Nome/Razao Social

Codigo do CNPJ/CPF

Telefone 1

Cod. Logradouro

Numero do ImoCodigo

do Bairro

26-Codigo do ISSQN

822000 ERNI ISAIAS CHIAPPARINI E CIA LTDA ME

76115955000156

04632256969

RUA TAPIR

788

CENTRO DA CIDA

Homologado

Atividades:

337 - Mercearia

494 - Lanchonete

4712100 - Comercio varejista de mercadorias em geral, com predominancia de produ

4789006 - Comercio varejista de fogos de artifício e artigos pirotecnicos

9609299 - Outras atividades de servicos pessoais nao especificadas anteriormente

2213650 A CHIAPPARINI & CIA LTDA ME

4818305000166

04630256350

RUA SILVA JARDIM

201

VILA IZABEL

Homologado

Atividades:

414 - Representacao Comercial

914 - Com de Fogos de Artifício

1149 - Shows Pirotecnicos

4618401 - Representantes comerciais e agentes do comercio de medicamentos, cosme

4721104 - Comercio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes

4753900 - Comercio varejista especializado de eletrodomesticos e equipamentos de

4754702 - Comercio varejista de artigos de colchoaria

4759899 - Comercio varejista de outros artigos de uso domestico nao especificado

4763601 - Comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos

4772500 - Comercio varejista de cosmeticos, produtos de perfumaria e de higiene

4789006 - Comercio varejista de fogos de artifício e artigos pirotecnicos

5320202 - Servicos de entrega rapida

7020400 - Atividades de consultoria em gestao empresarial, exceto consultoria te

Total de Empresas: 2

Total Geral de Empresas: 2




CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 146/2019

Pato Branco, 9/12/2019

  
José Gilson Feitosa da Silva – PT  
Presidente

Relator: Claudemir Zanco

Data: 10/11/2019







# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 4217/2019  
Data: 06/12/2019 - Horário: 17:18  
Legislativo - REQ 2585/2019



Excelentíssimo Senhor  
**Vilmar Maccari**  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

## REQUERIMENTO Nº 2585/2019



Convida a Karine de Oliveira Marques Pacheco para participar da sessão ordinária do dia 11 de dezembro de 2019, para falar a respeito dos transtornos causados pelos fogos de artifício com estampido.

Pz nº 346/2019.

O vereador infra assinado **Carlinho Antonio Polazzo – PROS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado à **Karine de Oliveira Marques Pacheco**, convidando para participar da sessão ordinária do dia 11 de dezembro de 2019, com início às 13h30min (treze horas e trinta minutos), para falar a respeito dos transtornos causados pelos fogos de artifício com estampido.

Informamos que conforme determina o § 4º do art. 93 do Regimento Interno, V. Sª terá o tempo de 15 (quinze) minutos para exposição do tema indicado no convite, bem como, serão destinados 15 (quinze) minutos para os questionamentos.

A convidada, enquanto veterinária poderá esplanar com conhecimentos os transtornos causados pelos fogos de artifício com estampido aos animais.

O telefone para contato é 46 999726438 – 46 3223 1542, Rua Manaus, 279, bairro Pinheiros.

Nestes termos, pede deferimento.  
Pato Branco, 6 de dezembro de 2019.

**Carlinho Antonio Polazzo**  
Vereador – PROS



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1548

<http://www.pato Branco.pr.leg.br> / [vereadorpolazzo@pato Branco.pr.leg.br](mailto:vereadorpolazzo@pato Branco.pr.leg.br)





**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
**Parecer ao Projeto de Lei nº 146/2019**

Os membros da Comissão de Finanças e Orçamento se reuniram para analisar e emitir parecer ao **Projeto de Lei nº 146/2019 - Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, conforme especifica.**

O presente projeto de lei busca estabelecer que fica expressamente proibido o manuseio, a utilização, a queima e soltura de fogos e artefatos explosivos pirotécnicos sonoros no Município de Pato Branco.


A presente propositura se deve ao fato de que o STF concedeu liminar suspendendo os efeitos de leis municipais e estaduais que proibiam a comercialização dos fogos de artifício, razão pela qual, ate ser julgado em seu mérito, propomos a proibição tão somente para a soltura de fogos nos casos e circunstâncias especificadas, sem proibir a comercialização nem a soltura em propriedade particular, ressalvada a distância mínima de hospitais, albergues, asilos e canis.

Desta forma a matéria não possui nenhum impeditivo.


Assim, o objetivo desta proposta, é valorizar a saúde e o bem estar social, para humanos e animais, de forma ética, buscando alternativas eficazes para melhorias em nosso convívio, e minimização de problemas da nossa realidade, respeitando o compromisso assumido com a comunidade e cumprindo com nosso papel de legislador.

Em relação à proposição em tela, verificando as informações que o referido Substitutivo ao Projeto de Lei visa estabelecer, após análise desta Comissão de Finanças e Orçamento, emitimos **PARECER FAVORÁVEL**, à tramitação do presente Projeto de Lei.

É o parecer, Salvo Maior Juízo.  
Pato Branco, 10 de dezembro de 2019.

  
**Claudemir Zanco - PDT**  
(Membro/Relator)

  
**Rodrigo José Correia**  
(Membro)

  
**José Gilson Feitosa-PT**  
(Presidente)







# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



Exmo. Sr.  
**Vilmar Maccari**  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Câmara Municipal de Pato Branco



**PROTOCOLO GERAL 4257/2019**  
Data: 10/12/2019 - Horário: 11:13  
Legislativo - EM 142/2019

O vereador infra-assinado **Carlinho Antonio Polazzo - PROS**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, **EMENDA ADITIVA ao Projeto de Lei nº 146/2019**, de 2 de maio de 2019, que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, conforme especifica.



## EMENDA ADITIVA Nº 1:

Adiciona art. 4º ao Projeto de Lei nº 146/2019, renumerando o artigo subsequente, com o seguinte teor:

"Art. 4º O cumprimento da presente lei cabe ao executivo municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a qual já compete a fiscalização relativa à poluição sonora no município."

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 10 de dezembro de 2019

**Carlinho Antonio Polazzo**  
Vereador – PROS



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1548

<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadorpolazzo@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadorpolazzo@patobranco.pr.leg.br)





# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

GABINETE DO VEREADOR RONALCE MOACIR DALCHIAVAN - PP



Exmo. Sr.

**Vilmar Maccari**

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 4261/2019  
Data: 10/12/2019 - Horário: 16:24  
Legislativo - EM 143/2019

Os vereadores infra-assinados, **Fabricio Preis de Mello - PSD**, **Moacir Gregolin - MDB** e **Ronalce Moacir Dalchiavan - PP**, membros da Comissão de Políticas Públicas, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para deliberação plenária a seguinte **EMENDA** ao Projeto de Lei nº 146/2019, de 2 de maio de 2019, que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, conforme especifica.

## EMENDA MODIFICATIVA Nº 1:

*Prejudicada, devido aprovação da Subemenda da pág. 38!*

Altera a redação do inciso IV do art. 1º do Projeto de Lei nº 146/2019, que passa a vigorar com o seguinte teor:

"Art. 1º .....

IV. Em qualquer horário, independentemente do local, em respeito ao sossego público."

Nestes termos, pedem deferimento.

Pato Branco, 10 de dezembro de 2019.

**Ronalce Moacir Dalchiavan - PP**  
Presidente

*Fabricio Preis de Mello*  
**Fabricio Preis de Mello - PSD**  
Membro

*Moacir Gregolin*  
**Moacir Gregolin - MDB**  
Membro



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1526

✉ <http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadormoacirdalchiavan@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadormoacirdalchiavan@patobranco.pr.leg.br)







## ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL É O BICHO

Ofício nº 08/2019

Pato Branco - PR, 10 de dezembro de 2019.

**At.:** Câmara de Vereadores do Município de Pato Branco

**Ref.:** Projeto de Lei 146/2019

Prezado Senhor Vereador,

A ONG É o Bicho, vem manifestar apoio ao Projeto de Lei nº 146/2019 que trata da proibição do manuseio, da utilização, da queima e da soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, haja vista que há diversos Municípios que aderiram a ideia.

A respeito disso, o Município de São Paulo criou a Lei Municipal nº. 16.897/2018, a qual proibiu o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampido e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso.

Além de São Paulo, outras cidades como Poços de Caldas/GO, Florianópolis/SC e Curitiba/PR aderiram à criação de projetos de lei que prevêm restrições para o uso de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos.

Desse modo, pretende sugerir a emenda ao artigo 1º, para que a proibição se estenda a todas as pessoas e tipos de evento, e em todos horários. Isso porque os motivos que levam à proibição não estão ligados apenas ao sossego público, mas em especial à proteção à fauna silvestre e doméstica, além dos doentes, autistas e bebês, cujo estampido é prejudicial em qualquer horário do dia.

Sabe-se, ainda, que comemorações diurnas são frequentes, notadamente relacionadas a jogos de futebol que ocorrem por volta das 16h/18h. Com a redação original do projeto, tais situações não estariam acobertadas, tendo em vista a redação do artigo 1º, inciso IV:





## **ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL É O BICHO**

**Art. 1º.** Fica expressamente proibido o manuseio, a utilização, a queima e soltura de fogos e artefatos explosivos pirotécnicos sonoros no Município de Pato Branco, nas seguintes circunstâncias:

I - Em eventos de qualquer natureza, em que a Prefeitura Municipal de Pato Branco seja promotora ou tenha qualquer tipo de participação, parceria ou colaboração;

II - Em eventos realizados em espaços públicos, independentemente de serem fechados, como edificações, ou abertos, como vias públicas ou praças;

III - Em distância inferior a 200 (duzentos) metros de hospitais, albergues, asilos e canis;

**IV - Após às 24h (vinte e quatro horas), independentemente de local, em respeito ao sossego público.**

(...)

Assim, sugere-se a emenda para que o artigo 1º passe a conter a seguinte redação:

**Art. 1º** Fica expressamente proibido o manuseio, a utilização, a queima e soltura de fogos e artefatos explosivos pirotécnicos sonoros no Município de Pato Branco, seja em eventos públicos ou particulares, em área central ou nos bairros, em qualquer horário do dia ou da noite. (...)

Sendo o que se apresentava, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

**Silvana Angelica Savi**

Presidente

Neste ato através da pessoa de Ana Paula Lourenço

**Ilustríssimo Senhor Vereador  
Moacir Dalchiavan**







# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



Exmo. Sr.  
**Vilmar Maccari**  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 4269/2019  
Data: 11/12/2019 - Horário: 09:04  
Legislativo - EM 144/2019

O vereador infra-assinado, José Gilson Feitosa da Silva - PT, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, a seguinte **EMENDA MODIFICATIVA** ao Projeto de Lei nº 146/2019, que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e soltura de fogos de artifício sonoro no município de Pato Branco, conforme especifica.




## **EMENDA MODIFICATIVA Nº 02:**

Altera a redação do Inciso II do Art. 1º do Projeto de Lei nº 146/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

II. Em eventos realizados em espaços públicos e privados, independentemente de serem fechados, como edificações, ou abertos, como vias públicas ou praças;

Nesses termos pede deferimento.  
Pato Branco, 11 de dezembro de 2019.

  
**José Gilson Feitosa da Silva**  
Vereador – PT



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1532



<http://www.patobranco.pr.leg.br/> / [vereadorgilsonfeitosa@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadorgilsonfeitosa@patobranco.pr.leg.br)





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**



Exmo. Sr.

**Vilmar Maccari**

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 4271/2019

Data: 11/12/2019 - Horário: 09:09

Legislativo - SubE 3/2019

O vereador infra-assinado, José Gilson Feitosa da Silva - PT, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, a seguinte **SUBEMENDA A EMENDA MODIFICATIVA Nº 01** (p.34) do Projeto de Lei nº **146/2019**, que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e soltura de fogos de artifício sonoro no município de Pato Branco, conforme especifica.



*Votou contra  
o vereador  
José Gilson  
Feitosa da Silva*

**SUBEMENDA A EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 (p.34):**

Suprime o Inciso IV do Art. 1º do Projeto de Lei nº 146/2019.

Nesses termos pede deferimento.

Pato Branco, 11 de dezembro de 2019.

  
**José Gilson Feitosa da Silva**  
Vereador – PT



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1532



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadorgilsonfeitosa@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadorgilsonfeitosa@patobranco.pr.leg.br)







# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



Exmo. Sr.  
**Vilmar Maccari**  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 4272/2019  
Data: 11/12/2019 - Horário: 09:10  
Legislativo - EM 145/2019


O vereador infra-assinado, José Gilson Feitosa da Silva - PT, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, a seguinte **EMENDA SUPRESSIVA** ao Projeto de Lei nº 146/2019, que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e soltura de fogos de artifício sonoro no município de Pato Branco, conforme especifica.



## **EMENDA SUPRESSIVA Nº 01:**

Suprime o Inciso III do Art. 1º do Projeto de Lei nº 146/2019.

Nesses termos pede deferimento.  
Pato Branco, 11 de dezembro de 2019.

  
**José Gilson Feitosa da Silva**  
Vereador - PT



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1532



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadorgilsonfeitosa@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadorgilsonfeitosa@patobranco.pr.leg.br)







# Câmara vota projeto de lei que proíbe fogos de artifício com estampido

Mariana Salles

mariana@diariodosudoeste.com.br

Nesta quarta-feira (10), a Câmara Legislativa de Pato Branco vai votar o Projeto de Lei Ordinária 146/2019, do vereador Carlinho Palazzo, durante a Sessão que terá início às 13h30.

Antes, a médica veterinária Karine Marques Pacheco subirá à plenária para uma breve explanação sobre os problemas que os fogos de artifício com estampido (barulhentos) podem causar a animais e algumas pessoas, como autistas, recém-nascidos, bebês prematuros, doentes e idosos.

Karine é uma das pessoas à frente do movimento "Pato Branco Contra os Fogos", que ganhou corpo após a abertura do Natal de Pato Branco ter, novamente, alguns minutos de fogos de artifício com estampido como desfecho.

A médica veterinária explica que nesses dias, quando há soltura de fogos, recebe muitos animais machucados em sua clínica. "Eles se assustam com o barulho e fogem de casa. Pu-

lam janelas, atravessam grades, muitos acabam sendo atropelados, outros se perdem. Eles realmente são prejudicados pelo barulho", justifica.

A partir de algumas reclamações nas redes sociais, várias pessoas de diversos segmentos da sociedade se uniram para pedir a aprovação do PL, oferecendo, em vídeo, seus depoimentos e apelos. Entre elas, Ediane, mãe de um menino autista que contou que o estouro causa diversos transtornos no filho, incluindo crises convulsivas.

A médica pediatra Tatiane Migliorini explicou que os bebês, ao nascerem, têm audição como a de um adulto. "Se para nós, que somos adultos e entendemos o que está acontecendo, um barulho estrondoso assusta e atrapalha o nosso sono, imagine para os bebês que acabaram de nascer, que ainda estão se acostumando com a vida aqui fora?", exemplificou.

Há ainda a fala de pessoas que se machucaram com fogos, de protetores de animais e médicos veterinários, além de digital influen-

cers conscientizando sobre o assunto.

Diversos jogadores, entre eles Alexandre Pato, do São Paulo, e Di Maria e Djony, do Pato Futsal, também aderiram à causa. Os últimos fizeram apelos para que não soltassem fogos com estampidos durante a comemoração da vitória do time pela Liga Nacional de Futsal, e carregaram uma faixa do movimento no trenzinho que utilizaram para desfilarem pela cidade, e era notado uma grande diminuição no barulho de fogos por onde o trem passava.

"Nós não queremos que as pessoas deixem de comemorar, apenas que não atrapalhem a vida das outras pessoas, e isso é totalmente possível", diz Karine. "Quem apoia o movimento, pedimos que venha à Câmara hoje, às 13h30, vestindo camiseta branca para sermos identificados", pede a veterinária. "Com a força de todos juntos a gente consegue a aprovação desse projeto e adeus fogos barulhentos de uma vez por todas!"

Na sessão ainda haverá uma Moção de Aplauso



Mobilização ganhou corpo após a abertura do Natal em novembro

ao pastor da Igreja evangélica Missão Renascer Izac Marino de Castro, explanação sobre o período legislativo de janeiro a dezembro de 2019, e a presença do secretário de Agricultura, Clodomir Ascari, que vai falar sobre o Restaurante Popular.

## Projeto de Lei

Palazzo entregou a matéria ainda em maio de 2019, ela está em tramitação e não passou por ne-

nhuma votação. Entre os pontos constam a proibição de fogos e artefatos explosivos pirotécnicos sonoros em de Pato Branco em eventos nos quais a Prefeitura promova ou participe; em eventos realizados em espaços públicos (fechados ou abertos); em distância menor que 200 metros de hospitais, albergues, asilos e canis; e após a meia noite. No caso de descumprimento, será aplicada uma multa de até 100 (cem) UFM (Unida-

de Fiscal do Município, hoje equivalente a pouco mais de R\$ 40) na primeira constatação, e o dobro no caso de reincidência.

Ficam liberados fogos de vista, sem estampido; balões pirotécnicos; fogos de estampido que contêm até 25 centigramas de pólvora; foguetes com ou sem flecha, de apito ou de lágrimas, sem bomba; e morteirinhos de jardim, serpentes voadoras e outros equiparáveis.

## No Senado, CCJ aprova pacote anticrime e prisão em segunda instância

Agência Brasil

Na última penúltima semana de trabalho antes

do recesso parlamentar, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado

aprovou, nessa terça-feira (10), em votação simbólica, o parecer do senador

Marcos do Val (Cidadania-ES) ao pacote anticrime do ministro da Justiça, Sergio Moro.

Após acordo costurado nos últimos dias pela presidente do colegiado, senadora Simone Tebet (MDB-MS), o texto foi aprovado sem alterações, ou seja, na mesma forma que chegou da Câmara dos Deputados, na semana passada. Agora, a matéria segue para análise do plenário da Casa.

## Segunda Instância

Outra medida importante, aprovada hoje na CCJ, com 22 votos favoráveis e apenas um contrário, é o projeto de lei do Senado (PLS166/18), que possibilita a prisão após decisão em segunda instância.

A votação foi comemorada por senadores de vários partidos e causou reviravolta na discussão do tema. É que, após reunião com líderes das duas Casas, no último dia 26, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), chegou a anunciar acordo no qual os senadores desistiriam de tra-

tar do assunto por projeto de lei, para apoiar proposta de emenda à Constituição sobre o mesmo assunto, que está em discussão na Câmara dos Deputados. O suposto acordo foi alvo de muitas críticas, até que um grupo de 43 dos 81 senadores apresentou um manifesto à presidente da CCJ, pedindo que o tema fosse pautado.

O texto, de autoria do senador Lasier Martins (Podemos-RS), recebeu parecer favorável da relatora, senadora Juíza Selma (Podemos-MT), na forma de substitutivo. A proposta, que altera o Código de Processo Penal (CPP - DL 3.689, de 1941), foi elaborada após articulação entre alguns senadores e o ministro da Justiça, Sergio Moro.

Atualmente, o artigo 283 do CPP determina que "ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investiga-

ção ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva".

Na versão apresentada e aprovada na CCJ, a prisão poderia ocorrer "em decorrência de condenação criminal por órgão colegiado".

O projeto também altera a redação de outros trechos do Código de Processo Penal, para permitir que o tribunal determine execução provisória de penas privativas de liberdade sem prejuízo do conhecimento de recursos que venham a ser apresentados. Na prática, isso abre a possibilidade para a prisão após condenação em segunda instância.

Como foi aprovado um substitutivo, o texto ainda precisará passar por mais um turno de votação na Comissão de Constituição e Justiça. A votação já foi pautada como primeiro item da reunião do colegiado desta quarta-feira (11). Como tramita em caráter terminativo, se aprovado na CCJ e não houver recurso para o plenário, a matéria será encaminhada diretamente para a análise da Câmara dos Deputados.

## EXCURSÃO

janeiro 2020

### APARECIDA - PETRÓPOLIS RIO DE JANEIRO






**INFORMAÇÕES:**

- Embarque: Pato Branco - 02/01/2020 - 14h30
- Chegada em Pato Branco: 07/01/2020
- Ônibus: Leito Double Decker
- Pagamento: Em até 4x cartão/ cheque

☎ 46 3220-7500

☎ 46 99107-0974

www.brantur.com.br

**BRANTUR**  
Sua melhor viagem!





Exmo. Sr.  
**Vilmar Maccari**  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 4309/2019  
Data: 12/12/2019 - Horário: 10:52  
Legislativo - EM 146/2019

Os vereadores infra-assinados no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, **EMENDA MODIFICATIVA** ao Projeto de Lei nº 146/2019, que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, conforme especifica.




**EMENDA MODIFICATIVA Nº 3:**

Modifica o art. 1º do Projeto de Lei nº 146/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica expressamente proibido o manuseio, a utilização, a queima e soltura de fogos e artefatos explosivos pirotécnicos sonoros no Município de Pato Branco, em qualquer horário ou local”.

Nestes termos, pedem deferimento.


Pato Branco, 12 de dezembro de 2019

  
CARLI VIN

  
RIVALCE

  
Rodrigo Carreira

  
AMILTON

  
Falcão

Câmara Munic. Pato Branco  
**Vilmar Maccari**  
Vereador - PDT





  
**HEBER SUTILI**  
SÓCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA  
EMPRESARIAL - CRIMINAL - ELEITORAL  
OAB PR 2.816

**Heber Sutilli**  
OAB PR 2.816

**Eduardo Viganó Cadornin**  
OAB PR 67.715

**Fernando Viganó Cadornin**  
OAB PR 73.750

**Jean D. Pereira**  
OAB PR 80.571

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
PATO BRANCO - PARANÁ**

**ERNI ISAIAS CHIAPPARINI E CIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ/MF número 76.115.955/0001-56, com sede e foro localizados no município de Pato Branco/PR, sito à Rua Tapir, 788, neste ato representada por **ERNI ISAIAS CHIAPPARINI**, brasileiro, portador do CPF/MF número 285.568.109-00, com endereço no município de Pato Branco, Estado do Paraná, sito à Rua Silva Jardim, 221 - Vila Isabel, Paraná, considerando a 2ª Discussão e Votação do Projeto de Lei 146/2019, o qual ***Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, conforme especifica***, junto a esta Casa de Leis, em Sessão Extraordinária na data de hoje, 12 de dezembro de 2019, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através desta **MANIFESTAÇÃO PRÉVIA**, o que faz pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

**1) CONSIDERANDO, QUE A** tramitação, assim, estava **SUSPensa desde o dia 20 de agosto de 2019**, conforme observa-se pelo documento acima. **Repentinamente** e, aparentemente **sem fundamento algum**, no dia 03/12/2019, o Vereador Relator avocou

(46) 3225-6068 sutilli@hotmail.com  
Rua Dalton Trevisan, 425 - Bairro Jardim Primavera  
CEP 85502-380 - Pato Branco - Paraná

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 4310/2019  
Data: 12/12/2019 - Horário: 11:25  
Administrativo



Heber Sutili  
OAB PR 39.312

Eduardo Viganó Cadornin  
OAB PR 67.743

Fernando Viganó Cadornin  
OAB PR 77.750

Jean D. Perelra  
OAB PR 80.574

os autos e determinou regular tramitação, AUSENTE de quaisquer justificativa plausível; Contrariando o que contempla o parecer Jurídica da própria Casa Legislativa no sentido de SUSPENDER sua tramitação;

2) Considerando que tal Projeto de Lei alude invasão da competência da União para editar normas gerais sobre a produção e o consumo (art. 24, V e § 1º, da CF); e imposição de restrição genérica, desproporcional e lesiva ao princípio da livre iniciativa (art. 170 da CF).

*De acordo com o art. 21, VI, da CF, compete à União "autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico". A jurisprudência deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL reconhece a competência da União para legislar sobre matéria referente a material bélico (ADI 3258, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, DJ DE 9/9/2005; ADI 2729, Rel. Min. LUIZ FUX, Rel. p/ Acórdão Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, DJe DE 11/2/2014; ADI 3193, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, DJe de 5/8/2013).*

3) Considerando que as Comissões Internas destes



**HEBER SUTILI**  
SÓCIEDADE INTEGRADA DE SERVIÇOS  
EMPRESARIAL - CRIMINAL - ELEITORAL  
OAB/PR 2.316

**Heber Sutili**  
OAB/PR 39.372

**Eduardo Viganó Cadorin**  
OAB/PR 67.715

**Fernando Viganó Cadorin**  
OAB/PR 73.750

**Jean D. Pereira**  
OAB/PR 80.574

Poder Legislativo em momento algum equacionaram e/ou avaliaram tecnicamente os artigos dispostos no eludido projeto de lei, e seu impacto na sociedade;

4) Considerando, que tal projeto tramitou em tempo essencialmente recorde nas referidas Comissões, bem como, realizadas emendas em data de votação, ocultando a devida publicidade dos atos públicos;

5) Considerando dentre outros motivos atentatórios ao livre comércio, impactantes na vida das pessoas e empresas, ações geradoras de perdas e danos de difícil reparação, e que espera-se prudência da Casa Legislativa na edição de Leis;

EM CONSONÂNCIA COM OS FATOS DESCRITOS, VEM INFORMAR, QUE INTENTOU COM MANDADO DE SEGURANÇA COM ALEGAÇÕES DE NULIDADES HAVIDAS NO PROCESSO, REQUERENDO, QUE O MESMO SUSPENSO. AINDA, QUE TAL MEDIDA DEVERÁ SER JULGADA NA DATA DE HOJE, E POR MOTIVO PRUDENCIAL DESTA CASA, SOLICITA A RETIRADA DE PAUTA PARA MELHOR AVALIAÇÃO E AGUARDE DE EFETIVAÇÃO DAS MEDIDAS JUDICIAIS INTENTADAS.

Termos em que pede e espera deferimento.

Pato Branco, 12 de dezembro de 2019.

**HEBER SUTILI - Advogado**

OAB/PR 39.372

(46) 3225-6068 sutili@hotmail.com  
Rua Dalton Trevisan, 425 - Bairro Jardim Primavera  
CEP 85302-180 - Pato Branco - Paraná



## Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná

Início: Processos • Petições Análises • Outros • Relatórios •

Usuário: 1 - 12/12/2019 11:07:43 Attribuição: Inicializada - 12/12/2019 11:07:43 Atuação: 1 - 12/12/2019 11:07:43 Data: 12/12/2019 11:07:43 Expira em: 12/12/2019

Q Processo H História ? Ajuda X Sair

Processo 0013973-42/2019/8-160181 - (0 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 120 - Mandado de Segurança Cível

Assunto Principal: 1156 - Lúmen

Nível de Sigilo: 2 - Público

Pedido Incidente

Petição

Navegar

Exportar

Votar

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apresentações (0)

Vinculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro PP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ AudiênciaOcultar Movimentos: ☐ Iniciais ☐ Sem Assinatura ☐ Sem Assinatura

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor Público ☐ Ministério Público ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequência (Intervalo): 49 Data do Movimento (Período): 11/12/2019 a 12/12/2019

Descrição:

Filtrar

6 registros(s) encontrados(s), exibindo de 1 até 6

500 por página 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
5	12/12/2019 11:03:07	RECEBIDOS OS AUTOS	SISTEMA PROJUDI
5	12/12/2019 11:03:07	DISTRIBUÍDO POR SORTEIO	Juliano Veronez
		1ª Vara da Fazenda Pública de Pato Branco	Distribuidor
		VINCULAÇÃO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS	
4	11/12/2019 22:46:17	Nº Documento: 37210791-3 - Justiça Gratuita: Não - Valor da Guia: R\$ 50,00 (PENDENTE) - Un. Jde Arrecadação: Pato Branco - CRÍCIO DO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, FORTIDOR, AVALIADOR E DEPOSITÁRIO PÚBLICO - Tipo da Guia: 1º Grau - Considera CDP 130791 (FUNDOS) - Agência Custódio	Heber Suth
		VINCULAÇÃO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS	Advogado
1	11/12/2019 22:46:15	Nº Documento: 37210791-3 - Justiça Gratuita: Não - Valor da Guia: R\$ 50,00 (PENDENTE) - Un. Jde Arrecadação: Pato Branco - CRÍCIO DO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, FORTIDOR, AVALIADOR E DEPOSITÁRIO PÚBLICO - Tipo da Guia: 1º Grau - Considera CDP 130791 (FUNDOS) - Agência Custódio	Heber Suth
		VINCULAÇÃO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS	Advogado



**PROJETO DE LEI Nº 146/2019**

Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, conforme especifica.

**Art. 1º** Fica expressamente proibido o manuseio, a utilização, a queima e soltura de fogos e artefatos explosivos pirotécnicos sonoros no Município de Pato Branco, em qualquer horário ou local.

§ 1º Para efeito dos dispositivos constantes no "caput" deste artigo, são considerados fogos e artefatos pirotécnicos:

- I - os fogos de vista com estampido;
- II - os fogos de estampido;
- III - os foguetes, com ou sem flecha, de apito ou de lágrimas, com bomba;
- IV - as baterias;
- V - os morteiros com tubos de ferro;
- VI - rojões;
- VII - os demais fogos de artifício que contenham acima de 25 (vinte e cinco) centigramas de pólvora, por peça.

§ 2º Excetuar-se-á da proibição estabelecida no "caput" deste artigo, desde que obedecidas, além de outras condições previstas nesta lei, as seguintes:

- I. fogos de artifício considerados "Classe A e B" conforme o Decreto Federal nº 2.998, de 23 de março de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 3.665, de 20 de novembro de 2000 (R105 do Ministério do Exército, que regula a fabricação, comércio, transporte e uso dos materiais controlados);
- II. fogos de vista, sem estampido;
- III. balões pirotécnicos;
- IV. fogos de estampido que contenham até 25 (vinte e cinco) centigramas de pólvora, por peça;
- V. foguetes com ou sem flecha, de apito ou de lágrimas, sem bomba;
- VI. "potsàfeu", "morteirinhos de jardim", "serpentes voadoras" e outros equiparáveis.

**Art. 2º** A constatação da existência do material proibido, descrita no art. 1º, implicará em apreensão imediata pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. O material será às expensas do proprietário dos fogos de artifícios, removido de imediato para local seguro, onde, a critério das autoridades públicas poderá ser inutilizado.

**Art. 3º** O não cumprimento do disposto nessa lei acarretará aos infratores multa de até 100 (cem) UFM - Unidade Fiscal do Município, na primeira constatação e o dobro no caso de reincidência.







CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**



**Art. 4º** A fiscalização da presente lei cabe ao executivo municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a qual já compete a fiscalização relativa à poluição sonora no município.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo - PROS.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [legislativo@patobranco.pr.leg.br](mailto:legislativo@patobranco.pr.leg.br)





# Com plenária cheia, Câmara aprova em primeira votação projeto de lei que proíbe fogos com estampido



Plenária estava cheia para acompanhar moções de aplauso e votação do projeto de lei que proíbe a soltura de fogos com estampido

Mariana Salles

mariana@diariodosudoeste.com.br

A tarde da quarta-feira (11), última sessão ordinária de 2019 da Câmara Legislativa de Pato Branco, foi um pouco diferente do que é habitual na Casa de Leis de Pato Branco. A plenária cheia indicava que o assunto que seria tratado era de interesse de pessoas engajadas em uma causa: a proibição dos fogos de artifício com estampido. De protetores de animais de rua a médicos e mães de crianças autistas, várias pessoas marcaram presença para ouvir a fala da médica veterinária Karine Marques Pacheco, porta-voz do movimento "Pato Branco contra os Fogos", convidada a explicar sobre os malefícios do barulho aos animais, bebês, autistas e idosos. Após, acompanhar a decisão de cada um dos parlamentares, que fizeram a primeira votação do projeto de lei 146/2019, de autoria de Carlinho Polazzo, sobre a proibição do manejo e soltura de fogos de artifício com estampido na cidade.

Convidada a falar, Karine se emocionou ao contar a história de sua filha, que nasceu prematura no fim do mês de dezembro e teve problemas com o estampido dos fogos na virada do ano. A veterinária trouxe ainda dados sobre os efeitos dos altos ruídos nos animais, idosos e bebês e apresentou um vídeo com reações reais de cachorros e crianças. Karine lembrou ainda que Pato Branco é uma Cidade Inteligente e Amiga dos Idosos, e que precisa evoluir nesse quesito assim como outras grandes cidades desenvolvidas já o fizeram, frisando sempre que a

proibição deve ser sobre fogos com barulho – os silenciosos continuam.

Após, os vereadores puderam questionar sobre suas dúvidas em relação ao assunto e falar um pouco sobre seus posicionamentos. Polazzo pediu que a veterinária falasse mais sobre os profissionais que estão a favor da campanha, e ela lembrou que, como Pato Branco é uma cidade pequena, muitos que se mostram a favor têm receio de aparecer. Já Mari da Farmácia questionou se a lei é de viável aplicação ou não, utilizando como exemplo a "Lei do Psiu", em que faltam meios para a fiscalização.

Foram propostas ainda emendas modificativas, como estender também para espaços privados a proibição – uma vez que o espaço aéreo é público. Sobre essa emenda, de Gilson

Feitosa, Claudemir Zanko, o Biruba, questionou se era legal proibir o cidadão de fazer algo dentro de casa, e Polazzo respondeu a questão ressaltando que o interesse público se sobrepõe ao interesse privado. Com isso, fica proibida a soltura de fogos com estampido em qualquer horário e qualquer lugar em Pato Branco.

As emendas foram aprovadas por unanimidade e, após, Polazzo abriu a dis-

cussão do Projeto que, em seguida, passou pela primeira votação, quando todos os vereadores se mostraram a favor da proibição.

Para dar seguimento e finalizar a matéria ainda em 2019, será aberta uma sessão extraordinária nesta quinta-feira (12), às 13h30, quando será realizada a segunda votação para, então, a lei ser encaminhada para a sanção do prefeito Augustinho Zucchi.

## Ordem do dia

Além votação do Projeto de Lei 146, a Ordem do Dia contou com a entrega das Moções de Aplauso ao Senhor Izac Marino de Castro – Pastor da Igreja Evangélica Missão Renascer, e à Equipe Pato Macgyvers, do Colégio Mater Dei, formada por Alexandre Slonski, Gabriel Smolek e Andre Migliorini, pela conquista de todos os prêmios da Olimpíada Brasileira de Astronomia (OBA) 2019. Houve ainda leitura de Projetos de Lei e fez uso da palavra o presidente da Câmara, vereador Vilmar Maccari, para explicar sobre a sessão Legislativa de janeiro a dezembro 2019, o qual fez muitos agradecimentos.

**PARZIANELLO**  
Acabamentos

Laminados	Pisos
Louças/Metais Sanitários	Porcelanatos
Papel de Parede	Revestimentos
Persianas	Tintas

PARZIANELLO ACABAMENTOS LTDA  
Fone: (46) 3225 3083  
Rua Guaráni, 840 | Centro | Pato Branco  
www.parzianelloacabamentos.com

CEUSA PORTINARI ITAGRES Penbranco  
Delta ebono Incepa Roca Barbo

adi **Pelo Paraná**

Da Redação ADI-PR Curitiba

journalismo@adi-pr.com.br

## Mais saúde

O presidente da Assembleia Legislativa, Ademir Traiano (PSDB), participou junto com o governador Ratinho Junior (PSD) do lançamento de um programa de interiorização da saúde que vai entregar equipamentos da área da saúde no valor de R\$ 168 milhões para mais de 200 cidades. "Os deputados estaduais demonstram mais uma vez - como fizeram em votações decisivas para os interesses do Estado, e quando economizam recursos do Parlamento para obras que vão beneficiar todos os paranaenses - que priorizam, acima de tudo, os interesses do Paraná".

## Economia

A Assembleia vem devolvendo ao governo do Estado, nos últimos anos, recursos que são seus por determinação constitucional. São valores que o Parlamento economiza e deixa de usar. Esse dinheiro vem bancando programas importantes do governo do Estado. Os recursos devolvidos neste ano estão bancando importantes ações na área da saúde. Estão financiando, por exemplo, o programa de aquisição de equipamentos, como Rato-X, ambulâncias e construção de UBS.

## Natal de Foz

A programação do Natal de Foz do Iguaçu, aberto ontem no Gramadão da Vila A, segue até o dia 6 de janeiro. Ontem, também foi inaugurada a Catedral Nossa Senhora do Guadalupe.

## Consórcio

Os deputados aprovaram em segundo turno, a PEC do deputado Anibelli Neto (MDB) que dispõe sobre a possibilidade de municípios do mesmo complexo geoeconômico e social se associarem para fins de interesse comum. A medida permite que a associação entre municípios possa ocorrer em casos de desastres humanos ou naturais, sendo possível a cessão de bens entre associados.

## Calamidade

O deputado Anibelli Neto (MDB) pondera que, se eventualmente houver alguma calamidade pública, os municípios já poderão usar este mecanismo para agilizar o atendimento à população afetada, e citou o caso ocorrido na cidade de Itaperuçu, região metropolitana de Curitiba, que em dezembro de 2018 foi atingida por fortes chuvas e ventos e que resultou em mais de 400 casas danificadas e 1,6 mil pessoas afetadas.

## Blocos de gelo

Para ajudar a diminuir o calor de Foz do Iguaçu, comum nesta época do ano, o Parque das Aves oferece blocos de gelo com frutas para as aves se refrescarem durante o verão. E os visitantes do atrativo terão a oportunidade de acompanhar as aves interagindo no Viveiro das Araras.

## Rossoni assume

Em caso de afastamento do deputado Boca Aberta (Pros), com pedido feito pela Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, quem assume é o empresário Valdir Rossoni (PSDB). Isso deve acontecer no primeiro semestre de 2020 (Boca Aberta ainda tem alguns recursos e a suspensão tem que passar pelo plenário do legislativo). A expectativa dos próximos de Rossoni é que tucano assume o mandato de forma definitiva até o final de 2022, já que o mandato de Boca Aberta está pendurado por uma liminar.

## Engorda

O governador Ratinho Junior vai lançar o projeto de reurbanização do Litoral do Paraná. Entre as ações, destaque para as obras de recuperação da Orla de Matinhos, com previsão para a engorda da areia da praia e área de contenção de ressacas, além da construção e revitalização de canais para evitar enchentes. O orçamento estimado para o projeto é de R\$ 660 milhões. Parte dos recursos virá do empréstimo, já autorizado pela Assembleia Legislativa, no valor total de R\$ 1,6 bilhão.

Coluna publicada simultaneamente em 22 jornais e portais associados. Saiba mais em [www.adi-pr.com.br](http://www.adi-pr.com.br)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
COMARCA DE PATO BRANCO

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PATO BRANCO - PROJUDI

Maria Bueno, 284 - Trevo da Guarani - Sambugaro - Pato Branco/PR - CEP: 85.501-560 - Fone: (46) 3225 3448 - E-mail:  
pb-1vj-e@tjpr.jus.br

MANDADO DE NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO  
Nº. 0013979-42.2019.8.16.0131.0001

Processo: 0013979-42.2019.8.16.0131  
Classe Processual: Mandado de Segurança Cível  
Assunto Principal: Liminar  
Valor da Causa: R\$500,00  
Impetrante(s): ☐ ERNI ISAIAS CHIAPPARINI & CIA LTDA  
Impetrado(s): ☐ Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco

O(A) Doutor(a) Macieo Cataneo, Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara da  
Fazenda Pública de Pato Branco, Estado do Paraná, na forma lei, etc.

MANDA o Senhor Oficial de Justiça a quem este for entregue que, em cumprimento ao presente, extraído dos autos acima descritos, proceda a NOTIFICAÇÃO da autoridade coatora: PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PATO BRANCO, com endereço na Rua Ararigbóia, 491, em Pato Branco-Pr, para que, querendo, preste as informações, no prazo de 10 (dez) dias, de acordo com as disposições contidas no artigo 7º, inciso I da Lei nº 12.016/2009, proceda ainda, a INTIMAÇÃO de que foi deferido a liminar para o fim de determinar a manutenção da suspensão do projeto de Lei 146/2019, e caso já tenha sido votado e aprovado, a suspensão da eficácia da Lei Municipal, até julgamento final do presente mandado de segurança. Tudo em conformidade com petição inicial e despacho constante nos autos.

QUE SE CUMpra NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB).

Pato Branco, 12 de dezembro de 2019.

ISABEL S. CARDOSO  
Auxiliar Juramentada-Portaria 33/2012  
Assinatura Autorizada pela portaria 02/2017  
Assinatura Digital

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 4314/2019  
Data: 13/12/2019 - Horário: 09:02  
Administrativo



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
COMARCA DE PATO BRANCO

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PATO BRANCO - PROJUDI

Maria Bueno, 284 - Trevo da Guarani - Sambugaro - Pato Branco/PR - CEP: 85.501-560 - Fone: (46)  
3225 3448 - E-mail: pb-1vj-e@tjpr.jus.br

Autos nº. 0013979-42.2019.8.16.0131

Processo: 0013979-42.2019.8.16.0131

Classe Processual: Mandado de Segurança Cível

Assunto Principal: Liminar

Valor da Causa: R\$500,00

Impetrante(s): • ERNI ISAIAS CHIAPPARINI & CIA LTDA (CPF/CNPJ:

76.115.955/0001-56)

RUA TAPIR , 788 - VILA ISABEL - PATO BRANCO/PR

Impetrado(s): • Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco  
(CPF/CNPJ: Não Cadastrado)

Rua ararigbóia, 491 - Centro - PATO BRANCO/PR

I – Não obstante a necessidade de comprovação da regularidade do pagamento das custas, passo a análise do pedido liminar, tendo em vista a urgência da medida.

II - ERNI ISAIAS CHIAPPARINI E CIA LTDA, já qualificado nos autos impetrou Mandado de Segurança em face de PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ alegando que tramita perante a Câmara o projeto de lei 146/2019 que proíbe o manuseio, utilização, queima e soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, com a penalidade de apreensão, onde embora parecer contrária da assessoria jurídica da Câmara de Vereadores o vereador Rodrigo José Correa suspendeu a tramitação do projeto de lei desde o dia 20 de agosto de 2019, no entanto em data de 03.12.2019 foi avocado os autos para determinar regular tramitação, com primeira votação em 11.12.2019 e sessão extraordinária para a data de hoje (12.12.2019) e diante da violação de direito líquido e certo. Requereu a suspensão da liminar da votação do PL 149/2019 na sessão extraordinária e ao final o reconhecimento da ilicitude.

É em síntese o relatório.

III – Decido:

Relativamente à concessão da medida liminar em mandado de segurança, a Lei n.º 12016/2009, no seu artigo 7º, inciso II, exige a relevância do fundamento, com a aparência do direito pleiteado, bem como a possibilidade da ineficácia da medida, caso o direito venha a ser reconhecido em final julgamento.







Sumariamente o pedido liminar baseia-se na alegação de violação de direito líquido e certo quanto a votação em sessão extraordinária quanto ao projeto de Lei 146/2019 que proíbe manuseio, utilização, queima e soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, com a penalidade de apreensão.

Da análise dos autos, em sede de cognição sumária o pedido liminar comporta acolhimento, senão vejamos.

Diante dos fatos narrados e leitura do projeto de lei verificado o fumus boni iuris do direito alegado, uma vez que o e. STJ já decidiu sobre a inconstitucionalidade de leis municipais que proibam a soltura de fogos de artifício, conforme seguinte julgado:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 2.493, de 13 de setembro de 2017, que "dispõe sobre a proibição da utilização, queima e soltura de fogos de artifício de efeito sonoro no município". ALEGAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE DESSA NORMA COM A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Reconhecimento. Nos termos do artigo 24, inciso V, da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal (e não aos Municípios) legislar sobre "produção e consumo". União, ademais, que no exercício de sua competência legislativa já editou um conjunto de atos normativos de abrangência nacional tratando da questão referente à fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos como, por exemplo, o Decreto nº 4.238, de 08 de abril de 1942 que, ao contrário da lei impugnada, dispõe em seu artigo 1º que "são permitidos, em todo o território nacional, a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício", nas condições que estabelece. É importante considerar, sob esse aspecto, que o Supremo Tribunal Federal, em 05/03/2015, apreciando o Tema 145 da repercussão geral reconhecida no RE 586.224, firmou tese no sentido de que "o município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, inciso VI, c.c. 38, incisos I e II, da Constituição Federal)". Posicionamento que está alinhado a outra orientação da Suprema Corte no que sentido de que padece de inconstitucionalidade a lei municipal que invoca "o argumento do interesse local para restringir ou ampliar as determinações contidas em regramento de âmbito nacional" (RE nº 477.508-AgR/RS, Rel. Min. Ellen Gracie, j. 03/05/2011). Norma impugnada, ademais, que apesar de versar sobre defesa e melhoria do meio ambiente - foi votada e aprovada sem que seu projeto tivesse sido submetido à participação popular. Violação do art. 191 da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (Ação Direta de Inconstitucionalidade 2223516-41.2017.8.26.0000; Relator Ferreira Rodrigues; Órgão Especial; Data do Julgamento: 23/05/2018).

Ao cuidar da proibição de queima, soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos que causem estampidos no Município de Pato Branco, em sede de cognição sumária a norma viola o princípio do pacto





federativo, porquanto referidas matérias, por se enquadrarem no conceito de material bélico, são de competência privativa da União.

O artigo 24 da Constituição da República é claro ao definir que:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...] VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

[...] § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário”.

A União exercera tal competência legislativa, no que importa ao caso em comento, ao editar a lei municipal.

Portanto, poderia a Municipalidade, respeitados os parâmetros trazidos pelas normas da União (relativos à “proteção do meio ambiente e controle da poluição”), exercer atividade de polícia administrativa quanto às atividades desempenhadas localmente, ou seja, elaborar projeto de lei de acordo com o determinado na legislação federal, no que não é demonstrado no projeto de movimento 1.13, uma vez que realizado de forma genérica.

Nesse sentido

AFRONTA AO ARTIGO 170, 'CAPUT' E PARÁGRAFO ÚNICO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, APLICÁVEIS POR FORÇA DO DISPOSTO NO ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LIVRE INICIATIVA. A proibição trazida na norma Municipal, por ser extremamente restritiva, praticamente inviabiliza a atividade econômica, invadindo a livre iniciativa e o exercício de atividade empresarial, princípios resguardados pela nossa Constituição







Federal. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO." (Ação Direta de Inconstitucionalidade 2223339-77.2017.8.26.0000; Relator Amorim Cantuária; Órgão Julgador: Órgão Especial; Data do Julgamento: 07/03/2018).

Assim, a norma impugnada, tal como editada ( proibindo o manuseio, utilização, queima e soltura) contrasta com a legislação federal, violando não só o princípio da razoabilidade , mas também o princípio do pacto federativo (CF, art. 24, V).

De mais a mais o perigo da demora restou comprovado uma vez que a vedação dentro do território municipal de fogos de artifício que causem poluição sonora, não se referindo tão somente a utilização ou restrição em determinados locais, poderá gerar prejuízo aos comerciantes locais, tal como o impetrante.

Não se pode olvidar também, conforme citado no parecer da assessoria jurídica do Câmara de Vereadores, está em discussão no STF caso similar, na ADPF 567 MC/SP, que certamente servirá de precedente jurisprudencial para todo o país, sendo que naquele processo houve suspensão do Lei Municipal Local.

IV – Diante do exposto, defiro a liminar para o fim de determinar a manutenção da suspensão do Projeto de Lei 146/2019, e caso já tenha sido votado e aprovado, a suspensão da eficácia da Lei Municipal, até julgamento final do presente mandado de segurança.

V - Notifique-se a autoridade coatora para prestar informações no prazo de 10 (dez) dias, conforme artigo 7º, inciso I, da Lei n.º 12.016/2009.

VI – Cumpra-se nos termos do artigo 7º, inciso II, da referida lei.

VII – Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público.

VIII – Diligências necessárias.

Pato Branco, datado e assinado digitalmente.

MACIÉO CATANEO  
Juiz de Direito





# Juiz concede liminar que suspende legislação recém aprovada sobre proibição de fogos sonoros

Cristina Vargas

cristina@diariodosudoeste.com.br

Os vereadores de Pato Branco aprovaram por unanimidade, na tarde de quinta-feira (12), em sessão extraordinária e segunda votação, o Projeto de Lei nº 146/2019, de autoria do vereador Carlinho Antonio Polazzo (PROS), que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoros em Pato Branco. Na oportunidade também foi aprovada uma alteração no texto original que amplia a proibição para todo o município e não apenas em eventos, como previa o Artigo 1º do projeto.

Assim, o novo texto afirma que "fica expressamente proibido o manuseio, a utilização, a queima e soltura de fogos e artefatos explosivos pirotécnicos sonoros no Município de Pato Branco, em qualquer horário ou local". A emenda modificativa foi assinada pelos vereadores Amilton Maranoski (PV), Carlinho Antonio Polazzo (PROS), Fabricio Preis de Mello (PSD), Rodrigo José Correia (PSC), Ronalce Moacir Dalchiavan (PP) e Vilmar Maccari (PDT).

Após a aprovação em segunda votação, o projeto deve ser encaminhado ao Executivo Municipal para ser sancionada pelo prefei-

to Augustinho Zucchi, entrando em vigor na data de publicação.

## Liminar

No entanto, após o encerramento da sessão extraordinária, tomou-se conhecimento que o juiz Maciel Cataneo havia concedido medida liminar em mandado de segurança suspendendo a lei aprovada pelo Legislativo, com base em uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de ação direta de inconstitucionalidade.

Na decisão, o juiz destacou que "relativamente à concessão da medida liminar em mandado de segurança, a Lei nº 12016/2009, no seu artigo 7º, inciso II, exige a relevância do fundamento, com a aparência do direito pleiteado, bem como a possibilidade da ineficácia da medida, caso o direito venha a ser reconhecido em final julgamento. Sumariamente o pedido liminar baseia-se na alegação de violação de direito líquido e certo quanto a votação em sessão extraordinária quanto ao projeto de Lei 146/2019 que proíbe manuseio, utilização, queima e soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, com a penalidade de apreensão".

No documento, segundo a decisão, o projeto de lei



FOTO ILUSTRATIVA

O projeto de lei proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoros em Pato Branco

"afronta ao artigo 170, 'caput' e parágrafo único, da constituição federal, aplicáveis por força do disposto no artigo 144 da constituição estadual. Violação ao princípio da livre iniciativa. A proibição trazida na norma Municipal, por ser extremamente restritiva, praticamente inviabiliza a atividade econômica, invadindo a livre iniciativa e o exercício de atividade empresarial, princípios resguardados pela nossa Constituição Federal. Assim, a norma impugnada, tal como editada (proibindo o manuseio, utilização, queima e soltura) contrasta com

a legislação federal, violando não só o princípio da razoabilidade, mas também o princípio do pacto federativo. De mais a mais o perigo da demora restou comprovado uma vez que a vedação dentro do território municipal de fogos de artifício que causem poluição sonora, não se referindo tão somente a utilização ou restrição em determinados locais, poderá gerar prejuízo aos comerciantes locais, tal como o impetrante".

## Câmara

De acordo com o pro-

curador legislativo, Luciano Beltrame, como se tomou conhecimento da liminar após a votação do projeto de lei, os vereadores não cometeram nenhum ato ilegal. "Tivemos o cuidado de fazer a pesquisa antes de iniciar a sessão e não constatou nenhuma decisão judicial. Por isso, os vereadores não cometeram nenhuma ilegalidade. Inclusive, na decisão, o dr. Maciel tomou o cuidado de conceder a liminar para suspender a votação do projeto, e caso ele já tivesse sido votado e aprovado, que se mantivesse a

decisão de suspensão da eficácia da lei", destacou.

Beltrame explicou que como a votação foi realizada antes da decisão judicial, o Legislativo seguirá os trâmites legais e encaminhará o projeto ao Executivo Municipal para sanção, porém, como há a liminar, provavelmente o prefeito não irá sancioná-lo.

## Malefícios

Na quarta-feira (11), entretanto, na última sessão ordinária antes da Câmara Municipal entrar em recesso legislativo, o Projeto de Lei nº 146/2019 foi aprovado em primeira votação. Na oportunidade, a vereadora Karina de Oliveira Marques Pacheco usou o espaço de convidados para falar sobre os riscos dos fogos de artifício sonoros.

Karina faz parte de um grupo de pessoas, em Pato Branco, que está mobilizado para que os fogos com estampidos sejam proibidos. Na tribuna ela defendeu que o barulho causado por esses fogos causa malefícios tanto para animais quanto para seres humanos.

A manifestação foi acompanhada por dezenas de defensores dos animais e de pessoas favoráveis à proibição, que compareceram em grande número à sessão da Câmara.

## Encerramento do projeto Ser Mulher reuniu cerca de 400 participantes

### Assessoria

A Secretaria Municipal de Assistência Social, realizou na noite de terça-feira (10), na Sociedade Rural Pato Branco, o encerramento das atividades de 2019 do projeto Ser Mulher, com mostra dos trabalhos desenvolvidos nos 19 cursos e oficinas, durante o ano, e entrega de certificados às participantes. O evento, que contou com apresentação do Coral Italiano, brincadeiras, sorteios e música, reuniu cerca de 400 mulheres, além de instrutoras, autoridades e imprensa.

O projeto, realizado desde 2015, de forma descentralizada, tem o objetivo de aprimorar as habilidades manuais das participantes, elevando sua autoestima, proporcionando qualificação profissional e complementando a renda familiar. Anualmente e gratuitamente, as mulheres de cerca de dez bairros de Pato Branco

participam das atividades. Até 2019, mais de 2.700 vagas foram oferecidas em 30 diferentes oficinas.

Os cursos iniciaram em abril e terminaram no final de novembro. A secretária de Assistência Social, Anne Cristine Gomes da Silva Cavali, destacou que as políticas públicas atuais se preocupam em dar ênfase ao empoderamento da mulher, estimulando práticas que fortaleçam seu papel na sociedade e sua função na esfera familiar.

Fátima Prestes, 60 anos, moradora do bairro Bortot, participou do Ser Mulher pelo segundo ano consecutivo. Há dois anos ela era zeladora, ficou doente e acabou desempregada. Por meio do projeto, voltou a sonhar e acreditar no seu potencial ao realizar o curso de Salão de Beleza Avançado. "Hoje estou trabalhando como manicure e tenho clientes por toda a cidade.

Nunca imaginei que, na minha idade, chegaria nesse patamar com uma nova profissão e, o mais incrível, feliz como estou", compartilhou.

Clari Terezinha Marangon Santos, 55 anos, moradora do bairro La Salle, fez o curso de Costura Nivel II. Segundo ela, o projeto lhe deu novas perspectivas de vida. "Foi ótimo. Além de ocupar o tempo, fazer amigas e poder presentear meus familiares com as minhas próprias criações, a depressão e a tristeza ficaram de lado", disse.

Paola Regina Santana, 18 anos, moradora do bairro São João, participou da oficina de Vasos em Cimento. Ela contou que não imaginava que poderia aprender sobre tantas coisas diferentes. "Foi muito bom. As professoras são queridas, fiz amizades, ganhei conhecimento e até melhorei dos problemas de saúde", salientou.

Maria Zeni Gruber,



ASSESSORIA

O encerramento do projeto ocorreu na noite de terça-feira (10), na Sociedade Rural Pato Branco

63 anos, instrutora desde 2015 das oficinas do Ser Mulher, disse que é gratificante compartilhar conhe-

cimentos com tantas participantes. "É compensador ver o desenvolvimento dessas meninas, que acabam se tor-

nando da família. É uma troca, da mesma maneira que ensinamos, aprendemos", ressaltou.





## CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



### ATA Nº 15/2019 REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 9 dias do mês de dezembro de 2019, às 15h30, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Pato Branco, reuniram-se os vereadores membros da Comissão de Políticas Públicas: **Fabício Preis de Mello - PSD, Moacir Gregolin - MDB e Ronalce Moacir Dalchiavan - PP (Presidente)** e os assessores parlamentares Neivor Barro, Leandro Lamp e Aline Barão, para deliberarem sobre os projetos de competência desta Comissão. O Presidente solicitou à assessora Aline Barão para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Na sequência, o Presidente cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Após amplo debate, os vereadores concordaram, por unanimidade, em emitir PARECER FAVORÁVEL à tramitação dos **Projetos de Lei nº 220/2019**, que proíbe a utilização de produtos à base de solvente inflamável para a impermeabilização ou blindagem de estofados no Município de Pato Branco; e nº **146/2019**, que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, conforme especifica. O vereador Fabricio, relator do Projeto de Lei nº **24/2019**, informou que dispõe sobre a obrigatoriedade de a empresa concessionária do serviço público de abastecimento de água realizar a reparação das vias e dos passeios públicos, quando danificados por reparos nos sistemas de água e esgoto, informou que solicitou à Sanepar informações a respeito da matéria e que está aguardando o envio das respostas para posteriormente emitir seu parecer. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 10 de dezembro de 2019.

Ronalce Moacir Dalchiavan - PP  
Presidente

Aline Monike Barão  
Assessora parlamentar

Fabício Preis de Mello - PSD  
Membro

Moacir Gregolin - MDB  
Membro



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1526



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadormoacirdalchiavan@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadormoacirdalchiavan@patobranco.pr.leg.br)





# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



Ofício nº 957/2019-DL

Pato Branco, 13 de dezembro de 2019.

Senhor Prefeito:

Encaminhamos à Vossa Excelência, para conhecimento, cópia da decisão judicial concedida pelo Juiz de Direito, Maciéio Cataneo, relativa ao Projeto de Lei nº 146/2019, que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoros no Município de Pato Branco, o qual foi aprovado nas sessões ordinária e extraordinária realizadas respectivamente nos dias 11 e 12 de dezembro de 2019 e protocolado na Prefeitura no dia 12 de dezembro de 2019.

Respeitosamente.

**Vilmar Maccari**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**Augustinho Zucchi**  
Prefeito Municipal  
Pato Branco – Paraná



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [legislativo@patobranco.pr.leg.br](mailto:legislativo@patobranco.pr.leg.br)





# Justiça revoga medida liminar contra proibição de fogos de artifício com estampido

Mariana Salles  
mariana@diariodosudoeste.com.br

Na última sexta-feira (30), o juiz substituto João Angelo Bueno revogou a medida liminar concedida contra o projeto de lei nº 146/2019, o qual proíbe o manuseio, a utilização e a queima de fogos de artifício em Pato Branco.

O pedido era de Erni Isaias Chiapparini e Cia Ltda, que alegava invasão à competência da União para legislar sobre material bélico, afronta aos princípios da razoabilidade e da livre iniciativa e que tramitação do projeto contrariou o parecer da assessoria jurídica da câmara municipal.

Agora, a partir da notificação, o Executivo terá pra-

zo legal para sancionar ou vetar (parcial ou totalmente) a lei, de autoria de Carlinho Polazzo, votada com parecer unânime da casa. Em caso de sanção, a lei entra em vigor; em caso de veto, a Câmara tem prazo regimental para analisar o veto através da comissão de Justiça e redação, e o veto vai à votação. Em sendo rejeitado, a lei é promulgada pelo Presidente da Câmara e entra em vigor.

## Relembre

Após pressão popular, liderada pela médica veterinária Karine Pacheco, do Hospital Veterinários com Amor, e ONGs de proteção aos animais, o projeto de lei nº 146/2019, que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos

de artifício sonoros no Município de Pato Branco, foi votado na sessão extraordinária do dia 12 de dezembro de 2019.

"Sem nenhum vínculo político-partidário, conseguimos mobilizar muitas pessoas, inclusive de influência nacional, para que houvesse votação favorável a esse projeto, que foi aprovado por unanimidade. Somos muito gratos a todos os vereadores presentes naquele dia", diz Karine. Ainda, na época, tanto o Executivo quanto o Legislativo apoiaram verbalmente o projeto.

Em seguida, a Erni Isaias Chiapparini e Cia Ltda, comerciante local que trabalha com fogos de artifício, entrou com pedido de liminar cancelando a votação.

Agora, a liminar foi derubada e o PL já aprovado passa a ter validade, indo à sanção do Prefeito.

"Ainda acredito na palavra e honra das pessoas, independente de que lado elas estejam em determinados momentos. Pelos autistas, pelos animais, pelos bebês, por todos que tem direito a não ter sua casa invadida por barulhos que não trazem nada de bom, a justiça não falhou", comemora Karine. "Os políticos estão aí apenas para cumprir o que o povo decide, é bom que isso seja sempre claro".

Mobilização contou com nomes conhecidos nacionalmente, como do jogador Alexandre Pato e do goleiro Djony.

**Pato Branco  
contra os fogos  
comemore a vida!**



## Maia defende Guedes e diz que ministro está sozinho na defesa do teto de gastos

Estadão Conteúdo

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), fez uma defesa do ministro

da Economia, Paulo Guedes, ao criticar a falta de organização do governo para o Orçamento do próximo ano

diante da crise pós-pandemia. "Estou mais preocupado hoje do que eu estava em julho nesse momento pós-

Em 2017, solicitei ao deputado Giacombo recursos para a construção de uma nova Arena Esportiva.

**Agricultura e cidade com força!**

**JANUÁRIO KOSLINSKI**  
**45678**

PSDB PELO BRASIL

CNPJ DO CANDIDATO: 38.632.285/0001-58 VALOR R\$ 377,40



Maia participou de live organizada pelo jornal Valor Econômico

-pandemia. O que vai ficar é uma dívida muito alta, uma inflação voltando com força, que não parece que vai dar trégua no curto prazo", disse Maia em live organizada pelo jornal Valor Econômico, nesta segunda-feira (2). "Guedes está quase sozinho defendendo o teto de gastos".

O Congresso não começou ainda o rito para aprovar o Orçamento de 2021 este ano. Os trabalhos da Câmara estão emperrados devido a uma obstrução dos partidos da base do governo, em uma disputa que tem como pano de fundo a sucessão de Maia. Sem a aprovação do legislativo, o governo não terá dinheiro nem para pagar aposentadorias.

"No meu cronograma, teremos que entrar em janeiro e suspender o reces-

so", disse. Para Maia, já não há mais tempo para aprovar o Orçamento de 2021 este ano, mas seria possível votar a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e, com a suspensão do recesso, avançar no Orçamento em janeiro com a votação de outras medidas.

"Não podemos esquecer que, além do teto de gastos, teremos que reduzir o déficit primário", disse. "Estabilização da dívida certamente será um ponto cobrado pelos investidores de longo prazo", afirmou.

Como já fez outras vezes, Maia afirmou que não irá prorrogar a PEC da Guerra e o estado de calamidade. "Isso está resolvido", disse.

## Obstrução

Sobre a ação que está segurando as votações na

Câmara, Maia disse que o atingido será o próprio governo. "Quem vai pagar a conta dessa obstrução da pauta da Câmara é o Brasil. Para mim, seria mais fácil não tratar de PEC Emergencial, mas eu tenho responsabilidade com o País. O governo vai ficando cada vez com menos espaço para resolver os problemas", disse.

## Populista

Maia voltou a defender o teto de gastos e disse que derrubar a regra pode levar o governo a enfrentar consequências maiores. "A conta chega para quem sinaliza que não vai respeitar o equilíbrio fiscal. Uma medida populista poderá ter consequências muito maiores para quem poderia ser beneficiado por elas", afirmou.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
COMARCA DE PATO BRANCO  
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PATO BRANCO - PROJUDI  
Maria Bueno, 284 - Trevo da Guarani - Sambugaro - Pato Branco/PR - CEP: 85.501-560 - Fone: (46)  
3225 3448 - E-mail: pb-1vj-e@tjpr.jus.br

Autos nº. 0013979-42.2019.8.16.0131

Processo: 0013979-42.2019.8.16.0131  
Classe Processual: Mandado de Segurança Cível  
Assunto Principal: Liminar  
Valor da Causa: R\$500,00  
Impetrante(s): • ERNI ISAIAS CHIAPPARINI & CIA LTDA  
Impetrado(s): • Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco

### SENTENÇA

#### I. Relatório

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Erni Isaias Chiapparini e Cia Ltda, em face do suposto ato coator do Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Pato Branco, alegando, em síntese, que i) o projeto de lei nº 146/2019, o qual proíbe o manuseio, a utilização e a queima de fogos de artifício em Pato Branco fere a determinação do Supremo Tribunal Federal, pois invade a competência da União para legislar sobre material bélico; ii) o projeto afronta os princípios da razoabilidade e da livre iniciativa; iii) a tramitação do projeto contrariou o parecer da assessoria jurídica da câmara municipal. Requereu, em sede liminar, a suspensão da votação do projeto de lei nº 146/2019 na sessão extraordinária do dia 12/12/2019.

Ao final, requereu a concessão do mandado de segurança para o fim de reconhecer a irregularidade do projeto de lei e a usurpação de competência.

Atribuiu à causa o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Juntou os documentos de ev. 1.7 a 1.24.

A decisão de ev. 12.1 concedeu a medida liminar para o fim de determinar a manutenção da suspensão do projeto de lei 146/2019 ou, caso já tenha sido votado e aprovado, que se mantivesse a decisão de suspensão da eficácia da lei.

Notificada, a autoridade coatora apresentou suas informações no ev. 33.1, alegando, resumidamente, que: i) o trâmite do projeto ocorreu regulamente; ii) não houve ato coator; iii) deve-se aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal quanto à competência do município para legislar sobre a questão dos autos. Juntou documentos (ev. 33.2 a 33.12).

Associação é o Bicho requereu o ingresso na demanda na qualidade de assistente simples (ev. 35.1), o que foi deferido no ev. 39.1.

O impetrante apresentou impugnação no ev. 68.1.

O Ministério Público se manifestou no ev. 97.1 pugnando pela extinção do feito, ante a inadequação da

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUV8J WE753 29XSL RLFBD







via eleita.

O assistente simples concordou com o parecer do Ministério Público (ev. 106.1).

Sobre o parecer do Ministério Público no ev. 97.1, o impetrante se manifestou no ev. 111.1.

É o relato do necessário. Decido.

## 2. Fundamentação

Constato que o processo está em ordem, as partes são legítimas, encontrando-se presentes os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, nada havendo que o inquene de nulidade, estando apto a ser julgado.

O mandado de segurança é o remédio processual que assegura a proteção de direito líquido e certo (quando não amparado por habeas corpus ou habeas data), contra ato de autoridade pública, eivado de ilegalidade ou abuso de poder.

Para impetrá-lo, portanto, a parte deve demonstrar de forma clara e objetiva no que reside a violação do seu direito, uma vez que neste procedimento, não se admite, sequer, a dilação probatória.

Analizados os autos, verifica-se que razão assiste o Ministério Público quanto à extinção do processo, sem resolução de mérito.

Não obstante o impetrante ter afirmado no ev. 111.1 que, *“não se pretende declaração de inconstitucionalidade da lei municipal (...) o que se pretende é coibir o ato do então presidente da Câmara pois a matéria posta em apreciação usurpa competência estadual e federal, e por tal razão, o ato é ilegal e abusivo”*, verifica-se, até pelo teor desta afirmação, que sim, o que ele pretende é a declaração de inconstitucionalidade material do projeto de lei de nº 146/2019, uma vez que a matéria ali discutida seria de competência da União.

Assentada tal questão, importa consignar que o Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento sumulado (266) *“de que não cabe mandado de segurança contra lei em tese”*. Não se descarta que no caso em tela se trata de projeto de lei, todavia, ante as alegações de inconstitucionalidade do impetrante, mostra-se cabível a aplicação, por analogia, da referida súmula.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou no mandado de segurança MS 32033, *“que não se admite, no sistema brasileiro, o controle jurisdicional de constitucionalidade material de projetos de lei”*.

Mas não é só.

Além da inconstitucionalidade material por usurpação de competência, o impetrante alegou na inicial que houve irregularidades na tramitação do projeto de lei nº 146/2019, uma vez que a continuidade da tramitação teria contrariado o parecer da assessoria jurídica da Câmara de vereadores de Pato Branco.

No mesmo mandado de segurança (MS 32033), o Supremo Tribunal Federal asseverou que o parlamentar,

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPROE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJY8J WE753 29XSL RLFBD





e apenas o parlamentar, é quem possui legitimidade para impetrar mandado de segurança a fim coibir atos praticados no processo de aprovação de lei que estejam eivados de constitucionalidade formal. Confira-se:

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTROLE PREVENTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DE PROJETO DE LEI. INVIABILIDADE. 1. Não se admite, no sistema brasileiro, o controle jurisdicional de constitucionalidade material de projetos de lei (controle preventivo de normas em curso de formação). O que a jurisprudência do STF tem admitido, como exceção, é "a legitimidade do parlamentar - e somente do parlamentar - para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo" (MS 24.667, Pleno, Min. Carlos Velloso, DJ de 23.04.04). Nessas excepcionais situações, em que o vício de inconstitucionalidade está diretamente relacionado a aspectos formais e procedimentais da atuação legislativa, a impetração de segurança é admissível, segundo a jurisprudência do STF, porque visa a corrigir vício já efetivamente concretizado no próprio curso do processo de formação da norma, antes mesmo e independentemente de sua final aprovação ou não. 2. Sendo inadmissível o controle preventivo da constitucionalidade material das normas em curso de formação, não cabe atribuir a parlamentar, a quem a Constituição nega habilitação para provocar o controle abstrato repressivo, a prerrogativa, sob todos os aspectos mais abrangente e mais eficiente, de provocar esse mesmo controle antecipadamente, por via de mandado de segurança. 3. A prematura intervenção do Judiciário em domínio jurídico e político de formação dos atos normativos em curso no Parlamento, além de universalizar um sistema de controle preventivo não admitido pela Constituição, subtrairia dos outros Poderes da República, sem justificação plausível, a prerrogativa constitucional que detém de debater e aperfeiçoar os projetos, inclusive para sanar seus eventuais vícios de inconstitucionalidade. Quanto mais evidente e grotesca possa ser a inconstitucionalidade material de projetos de leis, menos ainda se deverá duvidar do exercício responsável do papel do Legislativo, de negar-lhe aprovação, e do Executivo, de apoiar-lhe veto, se for o caso. Partir da suposição contrária significaria menosprezar a seriedade e o senso de responsabilidade desses dois Poderes do Estado. E se, eventualmente, um projeto assim se transformar em lei, sempre haverá a possibilidade de provocar o controle repressivo pelo Judiciário, para negar-lhe validade, retirando-a do ordenamento jurídico. 4. Mandado de segurança indeferido. (MS 32033, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Relator(a) p/ Acórdão: Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 20/06/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-033 DIVULG 17-02-2014 PUBLIC 18-02-2014 RTJ VOL-00227-01 PP-00330)

O impetrante trata-se de pessoa jurídica, não tendo, portanto, qualquer legitimidade para arguir eventual constitucionalidade formal no projeto de lei de nº 146/2019.

Assim sendo, ante a inadequação da via eleita, bem como a ilegitimidade do impetrante, a extinção do feito, sem resolução de mérito, é medida que se impõe.

### 3. Dispositivo

Ante o exposto, nos termos do inciso VI do art. 485 do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito, sem resolução do mérito e, por consequência, revogo a medida liminar concedida.

Custas e despesas processuais pelo impetrante.

Deixo de condenar a parte vencida em honorários advocatícios de sucumbência em razão do contido no

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001. Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em: <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUY8J WE753 29XSL RLFBD







enunciado n.105 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, bem como no art. 25, da Lei n. 12.016/09.

Cumram-se, no que forem aplicáveis, as disposições do Código de Normas da Egrégia Corregedoria de Justiça do Paraná.

**Publique-se.**

**Registre-se.**

**Intimem-se.**

**Pato Branco, datado e assinado digitalmente**

*João Angelo Bueno*

*Juiz de Direito Substituto*

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUV8J WE753 28X5L RLFBD



Em. Y	Data	Evento	Movimentada Por
		<b>DECORRÊNCIA DO PRAZO DE ASSOCIAÇÃO É O RÍGIDO</b>	
123	29/10/2020 10:05:33	Reu, Jorge, M. Antonio, J. e o para "Referente ao evento (sec. 115) EXTINTO O PROCESSO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS (30.10/2020) e ao evento de expedição (eq. 121).	SISTEMA PR JUDGE
		<b>ATO COMPROVADO PELA PARTE DO INTERESSADO</b>	
127	10/11/2020 10:44:46	LEITURA DE NOTIFICAÇÃO REALIZADA. (Fala advocatícia/condenado/defensor de Presidente da Câmara de Vereadores de Fátima Branco em 10/11/2020 com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (sec. 115) EXTINTO O PROCESSO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS (30.10/2020) e ao evento de expedição (eq. 121).	SISTEMA PR JUDGE
		<b>ATO COMPROVADO PELA PARTE DO INTERESSADO</b>	
131	15/11/2020 10:44:30	LEITURA DE NOTIFICAÇÃO REALIZADA. (Fala advocatícia/condenado/defensor de Presidente da Câmara de Vereadores de Fátima Branco em 15/11/2020 com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (sec. 115) EXTINTO O PROCESSO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS (30.10/2020) e ao evento de expedição (eq. 121).	SISTEMA PR JUDGE
		<b>ATO COMPROVADO PELA PARTE DO INTERESSADO</b>	
135	16/11/2020 10:44:29	LEITURA DE NOTIFICAÇÃO REALIZADA. (Fala advocatícia/condenado/defensor de ERIC REGIANE CHIFFARRANI & CIA LTDA em 16/11/2020 com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (sec. 115) EXTINTO O PROCESSO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS (30.10/2020) e ao evento de expedição (eq. 121).	SISTEMA PR JUDGE
		<b>ATO COMPROVADO PELA PARTE DO INTERESSADO</b>	
124	05/11/2020 10:11:56	LEITURA DE NOTIFICAÇÃO REALIZADA. (Fala advocatícia/condenado/defensor de Associação e sócios em 05/11/2020 com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (sec. 115) EXTINTO O PROCESSO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS (30.10/2020) e ao evento de expedição (eq. 121).	Procurador Claudio Jorge Advogado
		<b>EXPERIÇÃO DE NOTIFICAÇÃO</b>	
142	06/11/2020 17:12:24	Reu, a advogada/curador/defensor de Município de Fátima Branco em 06/11/2020 com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (sec. 115) EXTINTO O PROCESSO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS (30.10/2020).	Rogério Oliveira Ribeiro Técnicos de Apoio
		<b>EXPERIÇÃO DE NOTIFICAÇÃO</b>	
146	06/11/2020 17:14:16	Reu, a advogada/curador/defensor de ERIC REGIANE CHIFFARRANI & CIA LTDA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (sec. 115) EXTINTO O PROCESSO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS (30.10/2020).	Claudia Cristina Barreira Técnicos de Apoio
		<b>EXPERIÇÃO DE NOTIFICAÇÃO</b>	
148	05/11/2020 17:14:15	Reu, a advogada/curador/defensor de Associação e sócios em 05/11/2020 com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (sec. 115) EXTINTO O PROCESSO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS (30.10/2020).	Claudia Cristina Barreira Técnicos de Apoio
		<b>EXPERIÇÃO DE NOTIFICAÇÃO</b>	
150	05/11/2020 17:14:15	Reu, a advogada/curador/defensor de Presidente da Câmara de Vereadores de Fátima Branco com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (sec. 115) EXTINTO O PROCESSO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS (30.10/2020).	Claudia Cristina Barreira Técnicos de Apoio
		<b>EXTINTO O PROCESSO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS</b>	
113	30/10/2020 17:32:35	Expediente em 30/10/2020 sob nº 1.282.102.547	Julia Argente Guerra Registrado
118	29/10/2020 10:05:35	Reu, a advogada/curador/defensor de Associação e sócios em 29/10/2020 com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (sec. 115) EXTINTO O PROCESSO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS (30.10/2020).	SISTEMA PR JUDGE



# Zucchi sanciona lei que proíbe fogos com estampido em Pato Branco

Mariana Salles

mariana@diariodosudoeste.com.br

Mais um episódio da luta pela proibição dos fogos com estampido em Pato Branco se desdobrou na manhã desta segunda-feira (30), encerrando um importante capítulo desta saga, que teve início há cerca de um ano. O prefeito Augustinho Zucchi sancionou, em seu gabinete, o Projeto de Lei nº 146/2019, o qual proíbe o manuseio, a utilização e a queima de fogos de artifício com barulho no Município.

Como toda boa trama, houve várias reviravoltas neste capítulo antes da cena final, em que Zucchi assina o documento da sanção. Inicialmente, havia um entendimento jurídico de que a lei, de autoria de Carlinho Polazzo, é votada como parecer unânime pelos vereadores, teria o prazo de até semana passada para ser sancionada pelo prefeito, se contando 15 dias úteis da sua data de leitura. Por isso, a Câmara Municipal de Vereadores se comprometeu a promulgá-la mesmo sem a sanção do prefeito.

A promulgação estava marcada para às 10h30 desta segunda-feira, mas minutos antes o setor jurídico da casa achou melhor cancelar a pauta porque o prazo para a sanção ou veto por parte do Executivo ainda estaria

correndo. Isso porque o correto seria contar os 15 dias úteis a partir da data notificação, o que estenderia o limite até 7 de dezembro.

Presentes para a sessão, o Grupo de Mobilização contra os Fogos, liderado pela médica veterinária e proprietária do Hospital Veterinários com Amor, Karine Pacheco, decidiu aproveitar a oportunidade e se reunir com o prefeito para cobrar um posicionamento sobre o assunto. O receio era que, com a demora, a lei não fosse publicada a tempo de impedir a soltura de fogos com estampido nas festas de fim de ano.

Zucchi prontamente recebeu o grupo e explicou o motivo de não ter assinado o documento. "Não assinei porque estava em viagem e havia o prazo legal para mandar para câmara. Quando não há veto, é simples, a câmara só promulga. Fui orientado pela procuradoria jurídica que se eu assinasse fora do prazo, isso invalidaria a lei. Então, perguntei: qual é a solução? Eles me disseram que a solução era deixar ir para a Câmara para ser promulgada. Mas, se estiver dentro do prazo, eu assino agora", disse.

Sob aplausos, Zucchi pediu para trazerem o documento em seu gabinete e, como prometido anteriormente, antes mesmo de a lei ser votada pelos vereadores,



Sob aplausos do Grupo de Mobilização contra Fogos, Zucchi assina sanção de lei

o assinou. Mas não sem antes lembrar: "A lei é um passo, depois vem a cobrança". Apesar de saber que a fiscalização é complicada, o prefeito disse que é importante um marco legal. "É um incentivo para a população e o início da criação de uma cultura sem fogos com estampido", justificou Zucchi.

## Orientação e fiscalização

A ideia do grupo, agora, é fazer uma campanha de conscientização sobre o assunto.

Autor da lei, Polazzo agradeceu a todos os defensores da causa animal que se engajaram pela aprovação do Projeto. "Em nome

da grande Karine, guerrilheira, lutadora e incansável defensora da causa, quero estender os agradecimentos a todos, pois se não tivesse essa mobilização não sei se o projeto tivesse sido aprovado. Agora a mobilização segue no sentido de cobrar a fiscalização", disse.

Para Karine, que liderou a pressão popular pela proibição dos fogos com barulho, esse foi um grande dia. "Estou sentindo muita gratidão por todo mundo que participou dessa mobilização, a todas as pessoas que contribuíram para que esse projeto de lei existisse, fosse aprovado e virasse uma lei", agradeceu.

A médica veterinária lembra que muitas pessoas que se mobilizaram na causa são mães de crianças autistas. "Elas me mandavam mensagens relatando o quanto era difícil para essas crianças quando vinham os fogos barulhentos. Muitos pediatras de UTIs também nos relatavam a dificuldade dessa época por causa dos fogos de fim de ano, especialmente para os bebês prematuros. Isso sem contar o que mais faz parte da minha rotina de vida e de trabalho, que são os animais. Já recebi animais gravemen-

te feridos, inclusive morrendo, em função de fuga na hora dos fogos, se prendendo em portões, nas janelas, se cortavam, eram atropelados porque saíam correndo desesperados", relata.

Por isso, Karine acredita que essa luta foi por uma cidade inteira, e Pato Branco mostra que está evoluindo a partir da sanção desta lei.

Ela também sabe que daqui em diante sua responsabilidade é ainda maior em relação a orientação das pessoas. "O fato de existir uma lei não significa que ela vá ser cumprida por todos, como seria o ideal. Para isso é preciso haver orientação e fiscalização assertiva pela Secretaria do Meio Ambiente, que foi designada para isso. Por isso, esse grupo de mobilização tem a responsabilidade, de agora em diante, de verificar se tudo isso está acontecendo para que a lei seja cumprida", afirma.

## Segunda temporada

No entanto, esse é o encerramento de uma segunda temporada, que inicia hoje (1º), com a publicação legal da lei, quando oficialmente ficam proibidos os fogos de vista com estampido; os

de estampido; os foguetes, com ou sem flecha, de apito ou de lágrimas, com bomba; as baterias; os morteiros com tubos de ferro; rojões; e demais fogos de artifício que contenham acima de 25 centigramas de pólvora, por peça, em eventos de qualquer natureza, em que a Prefeitura de Pato Branco seja promotora ou tenha qualquer tipo de participação, parceria ou colaboração; e em eventos realizados em espaços públicos e privados, independentemente de serem fechados, como edificações, ou abertos, como vias públicas ou praças.

A Lei Nº 5.627 estabelece ainda, que, em constatação da existência do material proibido, haverá apreensão imediata pelo Poder Público Municipal, sendo que o não cumprimento da Lei acarretará aos infratores multa de até 100 (cem) UFM – Unidade Fiscal do Município, na primeira constatação e o dobro no caso de reincidência. A fiscalização da lei cabe ao executivo municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que realizará ações de educação e sensibilização para melhor tratar da questão.

## EXCURSÃO

janeiro 2021

### APARECIDA - PETRÓPOLIS RIO DE JANEIRO

**INFORMAÇÕES:**

- Embarque: Pato Branco - 02/01/2021
- Chegada em Pato Branco: 07/01/2021
- Ônibus: Leito Double Decker
- Pagamento: R\$ 1.400,00  
Em até 4x a partir de 12/2020

☎ 46 3220-7500  
☎ 46 99107-0974  
www.brantur.com.br

**BRANTUR**  
Sua melhor viagem!

## Relembre

Após pressão popular, liderada por Karine Pacheco e ONGs de proteção aos animais, o projeto de lei nº 146/2019 foi votado na sessão extraordinária do dia 12 de dezembro de 2019.

O movimento, sem nenhum vínculo político-partidário, conseguiu mobilizar muitas pessoas, inclusive de influência nacional, para que houvesse votação favorável a esse projeto, que foi aprovado por unanimidade pelos vereadores. Na época, Executivo também se mostrou favorável.

Antes que a lei pudesse ser sancionada, a Erni Isaías Chiapparini e Cia Ltda, comerciante local que trabalha com fogos de artifício, entrou com pedido de liminar cancelando a votação.

Após quase um ano, no último dia 30 de outubro, a liminar foi derrubada pelo juiz substituto João Angelo Bueno, e a votação passou a ter validade, indo à sanção. Houve então a confusão no prazo, citada no início desta reportagem. Com a sanção, a Lei passa a valer a partir de hoje (1º)



---





ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

SECRETARIA DE GABINETE  
LEI Nº 5.627, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020

**LEI Nº 5.627, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020**

Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, conforme especifica.

**A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** Fica expressamente proibido o manuseio, a utilização, a queima e soltura de fogos e artefatos explosivos pirotécnicos sonoros no Município de Pato Branco, em qualquer horário ou local.

§ 1º Para efeito dos dispositivos constantes no "caput" deste artigo, são considerados fogos e artefatos pirotécnicos:

os fogos de vista com estampido;  
os fogos de estampido;  
os foguetes, com ou sem flecha, de apito ou de lágrimas, com bomba;  
as baterias;  
os morteiros com tubos de ferro;  
rojões;  
os demais fogos de artifício que contenham acima de 25 (vinte e cinco) centigramas de pólvora, por peça.

§ 2º Excetuar-se-á da proibição estabelecida no "caput" deste artigo, desde que obedecidas, além de outras condições previstas nesta lei, as seguintes:

fogos de artifício considerados "Classe A e B" conforme o Decreto Federal nº 2.998, de 23 de março de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 3.665, de 20 de novembro de 2000 (R105 do Ministério do Exército, que regula a fabricação, comércio, transporte e uso dos materiais controlados);  
fogos de vista, sem estampido;  
balões pirotécnicos;  
fogos de estampido que contenham até 25 (vinte e cinco) centigramas de pólvora, por peça;  
foguetes com ou sem flecha, de apito ou de lágrimas, sem bomba;  
"potsãfeu", "morteirinhos de jardim", "serpentes voadoras" e outros equiparáveis.

**Art. 2º** A constatação da existência do material proibido, descrita no art. 1º, implicará em apreensão imediata pelo Poder Público Municipal.

**Parágrafo único.** O material será às expensas do proprietário dos fogos de artifícios, removido de imediato para local seguro, onde, a critério das autoridades públicas poderá ser inutilizado.

**Art. 3º** O não cumprimento do disposto nessa lei acarretará aos infratores multa de até 100 (cem) UFM - Unidade Fiscal do Município, na primeira constatação e o dobro no caso de reincidência.

**Art. 4º** A fiscalização da presente lei cabe ao executivo municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a qual já compete a fiscalização relativa à poluição sonora no município.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo.

Gabinete do Prefeito, 30 de novembro de 2020.

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini  
**Código Identificador:**50B08306

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 01/12/2020. Edição 2149  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



**PLO 146/2019 - Projeto de Lei Ordinária**

**Ementa:** Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoro no Município de Pato Branco, conforme específica.

(Ver Lei nº 2615, de 26 de abril de 2006 e PL nº 206/2018 - arquivado. Fica expressamente proibido o manuseio, a utilização, a queima e soltura de fogos e artefatos explosivos pirotécnicos sonoros no Município de Pato Branco, em qualquer horário ou local. O não cumprimento do disposto nessa lei acarretará aos infratores multa de até 100 (cem) UFM - Unidade Fiscal do Município, na primeira constatação e o dobro no caso de reincidência. A fiscalização da presente lei cabe ao executivo municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a qual já compete a fiscalização relativa à poluição sonora no município)

**Autor:** Carlinho Antonio Polazzo - DEM

**Data de entrada:** 2 de maio de 2019

**Leitura em Plenário:** 6 de maio de 2019

**Comissão de Justiça e Redação**

**Distribuído em:** 6 de maio de 2019

**Relator:** Rodrigo José Correia - Podemos

**Solicitado Parecer Jurídico em:** 10 de maio de 2019

**Emitido em:** 18 de julho de 2019

Requerida a SUSPENSÃO da tramitação da matéria, em 20 de agosto de 2019, pelo Vereador Rodrigo José Correia - PSC, relator nomeado, seguindo a recomendação dada pela Procuradoria Jurídica em seu parecer, tendo em vista a necessidade de aguardar o julgamento de mérito, pelo STF, da ADI 2137239-85.2018.8.26.0000.

Aos 3 dias do mês de dezembro de 2019, o relator supracitado requereu que o Projeto de Lei fosse novamente encaminhado a ele para que a matéria pudesse seguir o trâmite normal de análise.

**Data Anexação do Parecer Favorável:** 6 de dezembro de 2019

**Comissão de Políticas Públicas**

**Distribuído em:** 6 de dezembro de 2019

**Relator:** Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD

**Data Anexação do Parecer Favorável:** 9 de dezembro de 2019

**Comissão de Orçamento e Finanças**

**Distribuído em:** 9 de dezembro de 2019

**Relator:** Claudemir Zanco - PL

**Data Anexação do Parecer Favorável:** 10 de dezembro de 2019

**VOTAÇÃO SIMPLES**

**PRIMEIRA VOTAÇÃO:** 11 de dezembro de 2019 – Aprovado com subemendas e emendas, e com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo – DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – PSD, José Gilson Feitosa da Silva – PT,







Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

\* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 6, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019**

**SEGUNDA VOTAÇÃO:** 12 de dezembro de 2019 – Aprovado com emenda e com 10 (dez) votos. Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo – DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – PSD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

\* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

**REDAÇÃO FINAL:** Ofício nº 949/2019/DL, datado de 12 de dezembro de 2019.

**TRAMITAÇÃO SUSPensa:** A matéria foi suspensa considerando o recebimento do Mandado de Notificação e Intimação nº 0013979-42.2019.8.16.0131.0001, enviado pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná - Comarca de Pato Branco, relativa a liminar para o fim de determinar a manutenção da suspensão do Projeto de Lei nº 146/2019, que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoros no Município de Pato Branco, conforme especifica, e caso já tenha sido votado e aprovado, a suspensão da eficácia da Lei Municipal, até julgamento final do presente mandato de segurança (Protocolo: 004314/2019).

**REVOGAÇÃO DA MEDIDA LIMINAR:** Data da Leitura de intimação realizada por parte da Prefeitura Municipal, abrindo-se a partir desta data a contagem do prazo legal para o prefeito sancionar a Lei. (15 dias úteis)

O Juiz João Angelo Bueno através de Sentença emitida em 30 de outubro de 2020, **revogou a medida liminar** concedida em 2019.

Processo 0013979-42.2019.8.16.0131

**SANÇÃO: Lei nº 5627, de 30 de novembro de 2020**

**PUBLICAÇÃO:** Publicada na página B1 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7778, de 1º de dezembro de 2020 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 1º/12/2020. Edição nº 2149

